

90

Maria da Graça Ferreira Bento Madureira

# Ciclos de vida das famílias agrícolas

SÉRIE

*Estudos*

*Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Mirandela*

EDIÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Maria da Graça Ferreira Bento Madureira

# **C**iclos de vida das famílias agrícolas



90

Maria da Graça Ferreira Bento Madureira

# Ciclos de vida das famílias agrícolas

SÉRIE

*Estudos*

EDIÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

---

Título: Ciclos de vida das famílias agrícolas

Autor: Maria da Graça Ferreira Bento Madureira

Edição: Instituto Politécnico de Bragança · 2008

Apartado 1038 · 5301-854 Bragança · Portugal

Tel. 273 303 200 · Fax 273 325 405

<http://www.ipb.pt>

Execução: Serviços de Imagem do Instituto Politécnico de Bragança

(grafismo: Atilano Suarez; paginação: Luís Ribeiro; montagem e  
impressão: António Cruz; acabamento: Isaura Magalhães)

Tiragem: 200 exemplares

Depósito legal n° 280471/08

ISBN 978-972-745-099-2

Aceite para publicação em 2006

---

# Índice

---

<b>Introdução</b>	<b>9</b>
<b>1 · O conceito de ciclo de vida segundo a abordagem da sociologia da família</b>	<b>11</b>
<b>1.1 · Estrutura e dimensão dos agregados domésticos</b>	<b>11</b>
<b>1.2 · Conceptualização e operacionalização do conceito de ciclo de vida</b>	<b>17</b>
<b>2 · O conceito de ciclo de vida segundo a abordagem da sociologia rural</b>	<b>22</b>
<b>2.1 · Agricultura familiar tradicional versus ciclos de vida das famílias</b>	<b>23</b>
<b>2.2 · Agriculturas familiares versus ciclos de vida das famílias</b>	<b>28</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>43</b>
<b>Notas</b>	<b>51</b>



# Ciclos de vida das famílias agrícolas

## Resumo

---

Pelo facto da agricultura portuguesa assentar maioritariamente nas famílias agrícolas - sistemas de família/exploração - são elas que constituem as unidades centrais do nosso estudo.

Estas unidades, devido à sua natureza biológica e demográfica, enformam entidades em permanente alteração. Ao longo do tempo cada uma percorre um ciclo de desenvolvimento que não é mais do que uma sucessão de momentos-fase que marcam a vida de uma unidade familiar, desde a sua formação à sua dissolução, experimentando, assim, alterações consideráveis na sua dimensão, na sua composição sexual e etária, nas capacidades e exigências dos seus elementos, nas relações e nos papéis que desempenham na família.

O estudo incide no conceito de ciclo de vida da família, suas interpretações teóricas e operacionalização empírica no âmbito da pesquisa.

## Abstract

---

Due to the fact that the portuguese agriculture is mainly based on families' farming - family/farm systems - they constitute the central units of our study.

These units, because of their biological and demographic characteristics, form entities in permanent alteration. Over the time each one covers a cycle of development which is not more than a

succession of moments-phase that mark the life of a familiar unit, since its beginning to its dissolution, experimenting, thus, considerable alterations in its dimension, in its age and sexual composition, as well as in its capacities and requirements of its elements, in the relations and roles that they play in the family.

The study focuses on the concept of the family's life cycle, its theoretical interpretations and empirical operation in the scope of the research.

# Introdução

---

Considerando o objectivo do estudo, centramo-nos em torno do conceito de ciclo de vida da família, tendo em atenção as principais interpretações teóricas do mesmo e, ainda, como ele tem sido operacionalizado no âmbito da investigação empírica.

Neste âmbito, e porque o presente trabalho se centra em torno das agriculturas familiares, importa esclarecer, desde já, quer a organização quer o conteúdo do estudo.

Num primeiro ponto, concentramo-nos no conceito de ciclo de vida da família, tal como este é conceptualizado e operacionalizado, no âmbito da disciplina da sociologia da família. Porém, dado que a contextualização do estudo se desenvolve num universo de predomínio da agricultura familiar, procuramos explicitar o conceito de agricultura familiar que será adoptado e, ao mesmo tempo, precisar os contornos do quadro teórico que lhe está subjacente.

Dada a relevância, para os objectivos do trabalho, da compreensão das racionalidades de actuação das famílias agrícolas e as lógicas que elas enformam, através de factores como a dimensão e o tipo de actividades agrícolas praticadas na exploração, as características estruturais da família, as alternativas de trabalho fora do sector agrícola e ainda a escolha de um potencial sucessor para a exploração, e dado que a sociologia da família é omissa nestas áreas, torna-se

necessário analisar como os referidos temas são tratados no âmbito da disciplina da sociologia rural. Este será portanto, um segundo ponto do estudo.

# 1 · O conceito de ciclo de vida segundo a abordagem da sociologia da família

---

## 1.1 · Estrutura e dimensão dos agregados domésticos

Ao iniciarmos a abordagem do conceito de ciclo de vida, importa precisar a noção de agregado doméstico, que será aqui desenvolvida em torno das duas perspectivas de utilização da referida noção, mais concretamente as perspectivas sincrónica e diacrónica. A primeira, mais descritiva, de dimensão estática, baseia-se no conceito de estrutura daquele agregado. Por seu lado, a outra perspectiva, de abordagem dinâmica, centra-se no estudo das relações entre os membros do agregado doméstico e a sua organização familiar.

Começando pelo estudo do conceito de agregado doméstico segundo a primeira perspectiva, de dimensão estática, há que, em primeiro lugar, definir aquele agregado. Dado tratar-se de um conceito com alguma ambiguidade, houve necessidade de precisá-lo e defini-lo, para o que tivemos em conta um conjunto de autores que o considerou em função de três critérios: (i) espacial (unidade de coabitação), (ii) funcional (actividades de trabalho, consumo e partilha de rendimentos) e (iii) parental (via da reprodução). Assim, partindo destes critérios, é de assumir o agregado doméstico como um grupo de indivíduos que partilham a mesma habitação, que produzem, consomem e repartem os seus rendimentos no âmbito da economia doméstica, e que regulam a sua procriação (Laslett, 1972: 25; Goody,

1972: 106; Michel, 1978: 77; White, 1980: 3; Lourenço, 1991: 149; Silva, 1998: 173; Sobral, 1999: 149).

Para além do referido, importa ainda precisar a noção de estrutura do agregado doméstico, conceito chave no âmbito da sociologia da família.

Por estrutura do agregado doméstico, não se considera que o mesmo diga respeito ao número de elementos nem às actividades por estes desenvolvidas, mas sim ao tipo de vínculo familiar existente entre os seus membros, ou seja, ao modo como as pessoas que o compõem se ligam em termos de laços de parentesco. Neste âmbito, a definição do conceito de estrutura do grupo doméstico tem por base duas variáveis: o sexo e as relações parentais (Laslett, 1972; Goody, 1972; Saraceno, 1997; Segalen, 1999).

Partindo deste conceito procura-se dar resposta à seguinte questão: “que tipo de laços - e mais precisamente, que laços de parentesco - existiam entre os seus membros [da família]?” (Flandrin, 1995: 75).

A noção de estrutura do agregado doméstico, com base nos critérios acima definidos, foi adoptada por autores como P. Laslett (1972) e um grupo de historiadores e demógrafos de Cambridge liderados por este investigador, com o objectivo de estudar os laços de parentesco entre os membros da família, tendo elaborado tipologias da estrutura dos agregados domésticos, tal como foi atrás definido, isto é, com base no sexo e nas relações parentais. Para o efeito, analisaram os recenseamentos de uma amostra de cem paróquias inglesas, dos séculos XVI, XVII e XVIII e concluíram que a organização dos agregados domésticos do antigo regime era semelhante à da sociedade contemporânea (Era da industrialização), em que aqueles agregados constituíam uma unidade conjugal com um número relativamente reduzido de filhos. Estes agregados domésticos, de dimensões relativamente estáveis englobavam, por norma, quatro a seis elementos (Laslett, 1972: 76, 80 e 85).

Os autores mencionados deram especial importância à função de co-residência do agregado doméstico e os seus interesses assentaram essencialmente nas mudanças da estrutura e da dimensão do grupo através dos tempos (Laslett, 1972: 24).

O conceito de estrutura do agregado doméstico foi operacionalizado por Laslett (1972) através de uma tipologia de grupos domésticos, formulando seis categorias, ou seja, os parentes residentes do mesmo agregado doméstico. O conteúdo das referidas categorias era o seguinte:

- I - "Solitaries"/Solitários - agregados domésticos formados por pessoas sós, como viúvos(as) e celibatários;
- II - "No family"/Agregados domésticos sem estrutura familiar

- agregados domésticos constituídos por indivíduos que coabitam, com ou sem laços de parentesco;
- III - "Simple family households"/Agregados domésticos simples
  - agregados domésticos também designados por nucleares, conjugais e elementares, compostos pelo casal e filhos. Incluem também a(o) viúva(o) com os respectivos filhos;
- IV - "Extended family household"/Agregados domésticos alargados (ou ampliados) - agregados domésticos com outros parentes, parentes estes que não coabitam com cônjuges e filhos. O autor menciona ainda a unidade "alargada na vertical", no caso de se encontrar presente um pai ou uma mãe viúva;
- V - "Multiple family household"/Agregados domésticos múltiplos - agregados domésticos também denominados multi-conjugais, que englobam dois ou mais casais, relacionados por parentesco. Se o casal mais velho detém a autoridade sobre o casal mais novo com quem coabita e se estão ligados por laços familiares (normalmente pais e filhos) estamos perante um agregado doméstico descendente; o agregado doméstico será ascendente quando constituído pelos pais do chefe de família a coabitar com o filho casado (e eventualmente com filhos), detendo este a autoridade;
- VI - "Indeterminate"/Agregados domésticos de estrutura indeterminada - agregados domésticos que não se incluem nas categorias anteriores<sup>1</sup> (Laslett, 1972: 29-32).

Um ou mais criados de servir podiam estar integrados em cada uma destas categorias, como era norma no período temporal analisado por Laslett, não alterando substancialmente a natureza de cada uma delas.

A tipologia apresentada foi também adoptada pelo mesmo autor no estudo e comparação das estruturas dos agregados domésticos, elaborada a partir de recenseamentos da população, com listas nominativas, dos séculos XVI, XVII e XVIII, em diversificadas áreas geográficas, como Inglaterra, França, Sérvia, Japão e Bristol (então colónia Americana). Em todas as categorias de estruturas dos agregados domésticos se verificou uma maioria de unidades de estrutura simples, com uma percentagem, respectivamente, 78%, 76%, 67%, 43% e 90% e com um distanciamento muito acentuado em relação aos agregados domésticos alargados e múltiplos (respectivamente, 6%, 14%, 15%, 27% e 3%, para os alargados e 2%, 3%, 14%, 21%, e 0% para os múltiplos). Exceptuou-se o caso de Nishinomisa (Japão), com um distanciamento inferior, em que os agregados domésticos alargados atingiam 27% e os múltiplos 21% (Laslett, 1972: 85).

A tipologia de Laslett foi igualmente adoptada por vários autores no contexto da realidade portuguesa, como de seguida se descreve.

N. Lourenço (1991) ao estudar três aldeias da Região de Leiria, de pseudónimos Colinas, Pinhal e Fábrica, analisou a articulação entre a família e a indústria, no contexto desta sociedade rural. Neste trabalho o autor utilizou a tipologia referida mas introduziu algumas alterações às categorias descritas. Mais concretamente, na categoria I, o autor incluiu a classe “separado(a)”, na categoria II os “agregados não conjugais” e na categoria VI “outras combinações”.

Com base na informação empírica recolhida, Lourenço concluiu que a maioria da população desta região vivia em pequenos agregados domésticos de estruturas simples, nomeadamente 75% em Colinas, 62% na Fábrica e 60% no Pinhal e cerca de 75% das unidades familiares eram unidades nucleares. Os agregados domésticos complexos (constituídos pelos agregados domésticos alargados e multiconjugais) eram muito menos expressivos: cerca de 7% em Colinas e Pinhal, sendo no entanto mais significativos em Fábrica, com 16% de unidades complexas. Verificou-se, também neste estudo, uma nuclearização dos agregados domésticos de residência (1991: 179-180). As diferenças enumeradas estavam, segundo o autor, relacionadas com determinados parâmetros, como o envelhecimento da população, o tipo de casamento - neolocal -, por norma nesta região, o que levava à nuclearização da família. Por outro lado, a influência da indústria nesta comunidade tendia a aumentar o número de agregados domésticos complexos, como por exemplo, se encontrava patente na aldeia de Fábrica.

Também K. Wall (1998) aplicou a tipologia de Laslett alterando, no entanto de cinco para quatro as categorias de estruturas de agregados domésticos, em que a categoria IV tomou a denominação de complexa, englobando os agregados domésticos alargados e múltiplos. Esta autora fez a referida aplicação quando efectuou um estudo em duas freguesias do Baixo Minho, relativamente ao passado e ao presente, comparando, para uma delas, a freguesia de Lemeche, os anos de 1946 e 1981, e para a outra, freguesia de Gondifelos, os anos de 1963 e 1985. Concluiu que se verificava uma tendência para a "conjugalização da vida doméstica", ou seja, encontrava-se reforçado o núcleo conjugal (notando-se um aumento de 72% para 83%, em Lemeche e de 67% para 86%, em Gondifelos de agregados domésticos com a presença de pelo menos um casal).

Segundo a autora, este reforço do núcleo conjugal traduziu-se por uma diminuição da percentagem de agregados domésticos de pessoas sós, de parentes sem núcleo familiar e ainda de famílias monoparentais<sup>2</sup>. Com base nesta análise concluiu sobre a relação

entre a diminuição destes agregados domésticos, ou seja, agregados domésticos sem núcleo familiar e o consequente aumento dos agregados domésticos conjugais.

Uma outra tendência, evidenciada neste estudo, diz respeito à “manutenção de uma vida familiar complexa”, a qual se manifestava essencialmente em famílias alargadas e, em menor proporção, em famílias múltiplas constituídas por dois casais (verificando-se um pequeno aumento em Lemeche - de 16% para 19% e um aumento mais significativo, em Gondifelos - de 13% para 22% na proporção da família complexa) (1998: 84-89).

Para além dos estudos mencionados, é ainda de referir um outro trabalho realizado por J. Cabral (1984 b), efectuado entre 1978 e 1984, em duas freguesias do concelho da Barca, no Alto Minho. Aplicando também a tipologia de Laslett (sem considerar a categoria V), o autor referiu que 71% do agregados domésticos, em ambas as freguesias, eram constituídos por "famílias nucleares" (casal ou um dos conjugues viúvos, com ou sem filhos), 22% compostos por "famílias alargadas" [família nuclear com algum(s) parente(s), em que deste(s), 2% incluía um ou mais elementos não familiares, na maioria, o denominado criado] e por último, 8% integrava o agregado doméstico dos "solteiros"<sup>3</sup>, cujos titulares das explorações não eram casados (1984: 270).

Também M. Silva (1997), no seu estudo empírico em duas aldeias do Noroeste de Portugal, nos anos de 1984 e 1985, aplicou a tipologia de Laslett (sem alterações substanciais), e também fez notar a grande maioria de grupos domésticos nucleares. Estes manifestavam uma percentagem de 68% em Aguaril e de 71% em Selima, onde se incluíam casais e viúvos(as) com ou sem filhos e mulheres sós com filhos. Os grupos domésticos de “solitários” [formados por viúvos(as) e solteiros(as)] e “não conjugais” [constituídos por irmãos(ãs) e agregados domésticos sem laços familiares] eram reduzidos, atingindo apenas uma percentagem, respectivamente, de 5% e 3% em Aguaril e de 7% e 1%, respectivamente, em Selima. O autor também evidenciou a importância dos grupos domésticos complexos, subdivididos em “grupos domésticos ampliados” (com ascendentes, descendentes, colaterais e ascendentes mais colaterais) e “grupos domésticos múltiplos” (múltiplo unificado secundário ascendente, múltiplo unificado secundário de varões e múltiplo unificado secundário de mulheres). Estes grupos domésticos complexos atingiam uma proporção de 24% e de 22%, respectivamente, em Aguaril e Selima (1997: 46).

Com base na definição da tipologia da estrutura dos agregados domésticos, P. Laslett e o chamado Grupo de Cambridge “destruíram o mito” do agregado doméstico alargado ou patriarcal<sup>4</sup> defendido por Frederic Le Play (1871), dando a conhecer que já desde o século XVI, a norma era o agregado doméstico simples ou conjugal, demarcando-

se, contudo, zonas de excepção (Goody, 1972: 124; Lebrun, 1983: 16; Kellerhals, 1984: 7; Anderson, 1984: 26-27; Wall, 1994: 26 ss). De facto, não teria sido com a industrialização que se teria dado a redução das dimensões e a simplificação dos agregados domésticos.

Ou seja, os estudos realizados por aquele Grupo contestavam, assim, a convenção adoptada pela sociologia da família, que remonta a F. Le Play, em que a unidade familiar teria sofrido uma alteração profunda, desde a sua forma extensa, na Idade Média, à forma conjugal contemporânea.

Porém, como notam outros autores, não deixa de ser verdade que, mesmo com dimensões idênticas, os agregados domésticos contêm realidades diferentes. Deste modo, para além da dimensão, torna-se mais importante a estrutura do agregado doméstico dado que esta evidencia uma determinada organização familiar.

Por exemplo, um agregado doméstico de pequenas dimensões não é forçosamente uma unidade nuclear - se for formado por três elementos, uma viúva, o seu filho e o seu pai - assim como um agregado doméstico de grandes dimensões pode não representar uma unidade alargada, mas sim nuclear, se for, por exemplo, constituído pelo casal, numerosos filhos e criados (Lebrun, 1983: 64).

Para além do exposto, é de referir que agregados domésticos nucleares ou alargados não são estruturas estáveis, dado que em momentos contíguos esses agregados poderão eventualmente alterar-se e transitarem de uma a outra categoria dentro da tipologia descrita.

No âmbito da reflexão que vimos apresentando são de reter alguns comentários. A este propósito é aqui de recordar Segalen, quando refere que "todos os grupos domésticos evoluem no tempo, mas a classificação tipológica aniquila a dimensão temporal" (1999: 44), o que faz com que uma realidade essencialmente móvel se torne fixa. Assim, o que nos é dado observar são imagens fotográficas - de dimensão estática - de uma realidade familiar e não um filme, de dimensão dinâmica.

De facto, parece tornar-se imprescindível a adopção da dimensão temporal no estudo dos agregados domésticos<sup>5</sup>. É neste contexto que certos autores contemporâneos, para ultrapassar o carácter estático da tipologia de Laslett, (re)introduzem o conceito de ciclo de vida da família.

É pois neste quadro que de seguida, passamos a expor e a comentar a outra perspectiva do estudo do conceito de agregado doméstico, através de uma abordagem dinâmica do mesmo, no âmbito da disciplina da sociologia da família.

## 1.2 · **Conceptualização e operacionalização do conceito de ciclo de vida**

Esta perspectiva do estudo do agregado doméstico, de dimensão dinâmica - diacrónica - centra-se em torno do conceito de ciclo de vida. Este conceito foi adoptado por diversos investigadores contemporâneos.

Com a adopção do conceito de ciclo de vida pretende-se apreender a dinâmica dos diversos acontecimentos determinantes da vida familiar e, assim, analisar a problemática das relações entre os membros do agregado doméstico e a sua organização familiar.

No âmbito da disciplina da sociologia da família, o conceito de ciclo de vida é entendido como uma sucessão de momentos, ou distintas fases, por que passa uma unidade familiar, considerando as alterações que vão ocorrendo ao longo do tempo, desde a sua formação até à sua dissolução (Fortes, 1958; Cuisenier, 1977; Hareven, 1977; Elder, 1991; Lourenço, 1991; Wall, 1994; Guillemard, 1995; Saraceno, 1997; Ribeiro, 1997; Segalen, 1999).

Com base na definição do conceito, a análise empírica da realidade incide essencialmente em momentos cruciais da vida individual e social da família - nomeadamente, o casamento, o nascimento dos filhos, a actividade laboral, a reforma, - e nas mudanças sociais que vão ocorrendo, com consequências na vida familiar, - como sejam o desemprego, a emigração e a guerra, entre outras (Saraceno, 1997; Segalen, 1999).

É de referir a falta de consenso ao nível da teorização, na determinação dos critérios básicos de divisionamento do ciclo de vida nas suas diversas fases.

Assim, o faseamento do ciclo de vida tem suscitado críticas por parte da investigação. Em primeiro lugar, por se cingir às unidades familiares validadas pelas formas legais, ou seja, referir-se apenas ao desenvolvimento de unidades conjugais marcadas pelo casamento. Em segundo lugar, por se basear em unidades familiares norte-americanas da classe média<sup>6</sup>, num período de tempo determinado, o qual se torna de difícil adaptação a outras comunidades, em distintas épocas e em outros contextos sociais. Como assinalou Saraceno “seria difícil aplicar este modelo<sup>7</sup> de definição do ciclo familiar a outras estruturas familiares que não a conjugal, ou a outras culturas familiares que não a ocidental contemporânea” (1997: 224). E, por último, pelo facto do seccionamento do ciclo de vida ser muito variável, assentando em eventos e momentos decisivos da vida familiar, de uma certa plasticidade, se tivermos em conta as transformações recentes dos modelos familiares. Como referiu Segalen “de uma geração para outra, a experiência já não se transmite, os pais não podem propor aos filhos os modelos da sua própria educação” (1999: 217).

A conceptualização do ciclo de vida foi utilizada por diversos autores, abordando uma mesma problemática, ou seja, a análise das relações familiares entre os membros do agregado doméstico e a sua organização estrutural. Porém, a operacionalização do conceito foi feita de forma diferenciada, isto é, através de faseamentos distintos do ciclo de vida, tendo por base também distintos critérios.

Para o estudo do conceito de ciclo de vida, no âmbito da sociologia da família, as relações familiares são identificadas com os laços de parentesco existentes no interior do grupo de pessoas da família, expressos pelas interações ao longo da vida em comum, que se traduzem em relações conjugais, de maternidade, de paternidade, de filiação e de fraternidade, que integram sentimentos de afectividade e de autoridade<sup>8</sup> (Wall, 1994; Saraceno, 1997; Cunha, 1998). A este propósito é de assinalar que na classificação de relações Michel, ao referir-se às ligações familiares, distinguiu três tipos de relação: “relação de consanguinidade, relação de aliança e de filiação, quer dizer relações de irmão para irmão, de marido para mulher, de pai para filho” (1978: 52-53). Por seu lado, a atenção atribuída às implicações das relações entre os elementos da família ao nível das respectivas necessidades, manifestando-se como a primeira e essencial célula de socialização da criança, o suporte afectivo de todos os seus elementos, principalmente dos mais dependentes (como os idosos e os diminuídos) e o suporte educacional dos filhos, englobando, para além das necessidades básicas de sustentação de todos os seus elementos, também as necessidades nas esferas culturais, económicas e sociais (Macfarlane, 1980; Saraceno, 1997; Segalen, 1999).

Quanto à organização estrutural do agregado doméstico, ter-se-á que tomá-lo novamente em conta, agora numa perspectiva dinâmica, pois permite analisar e perceber a forma de organização no interior do parentesco que, por sua vez, determina e regula a transmissão das práticas e dos valores socioculturais, como também as suas interações familiares.

Para a abordagem da problemática referida, os autores analisaram temas como o casamento - dado ser nele que assenta a unidade familiar -, o nascimento dos filhos e os seus percursos escolares, o tipo de trabalho dos membros do agregado doméstico, a socialização na família e na colectividade, a saída dos descendentes da casa paterna - por motivos de casamento ou emprego -, a habitação - espaço íntimo, individual e familiar -, a transmissão do património - com relevância para o fundiário -, a permanência na unidade familiar, como potencial sucessor, entre outros.

Para ilustrar a conceptualização e a operacionalização do ciclo de vida, referir-nos-emos a diversos autores, cujos trabalhos se centraram em torno daquele conceito.

M. Segalen (1999) ao estudar a família numa perspectiva interdisciplinar, enquadrada na Europa Ocidental, nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX, analisou a problemática da importância dada às relações de parentesco na família contemporânea. Para tal, estudou as diferentes fases do ciclo de vida de um casal durante toda a sua vida conjugal, tendo em conta as profundas alterações que foram ocorrendo, devido, essencialmente, ao aumento de esperança de vida que se foi verificando nas últimas décadas. Abordou temas como: o matrimónio, o controlo da natalidade, a emergência do sentimento da infância, o trabalho feminino, o habitat na intersecção do privado e do público, o sistema de herança, entre outros.

De esclarecer que Segalen (1999) ao abordar o conceito de ciclo de vida da família, utilizou como sinónimos os termos ciclo doméstico e ciclo familiar de desenvolvimento<sup>9</sup>, definindo-o como “a evolução, as alterações de dimensão e de estrutura que uma unidade doméstica sofre desde a sua formação até à sua dissolução” (1999: 335).

Na operacionalização do conceito, Segalen fundamentou-se em três critérios: a posição do indivíduo no seio da unidade familiar - como mãe, pai, filho menor, filho adulto, filho mais velho, filho mais novo; a distribuição das idades de cada elemento<sup>10</sup>; a alteração dos papéis de cada elemento da família, nomeadamente o pai, desde a sua vida activa até à reforma.

O faseamento do ciclo de vida, proposto pela autora, englobou nove fases que se distinguiram pela representação dos diferentes membros da família no quadro familiar e cujo conteúdo passamos a nomear:

- 1 - Formação do jovem casal, ainda sem filhos;
- 2 - Jovens pais, com filhos até aos três anos de idade;
- 3 - Agregado doméstico com filhos em idade pré-escolar (de três a seis anos, eventualmente com irmãos mais novos);
- 4 - Agregado doméstico com filhos em idade escolar (o filho mais velho entre os seis e os 12 anos, eventualmente com irmãos mais novos);
- 5 - Agregado doméstico com adolescentes (o filho mais velho entre os 12 e os 20 anos);
- 6 - Agregado doméstico com jovem adulto (desde a idade dos 20 anos do filho mais velho até um dos filhos abandonar a casa);
- 7 - Agregado doméstico que auxilia os filhos a estabelecerem-se até à altura da instalação do último filho;
- 8 - Agregado doméstico “pós-parental”, período que medeia a saída do último filho até à reforma do pai;

9 - Agregado doméstico em envelhecimento, depois do pai reformado (1999: 216).

Esta abordagem, segundo Segalen, procurou incluir os momentos críticos do ciclo de vida da família por serem os que definiam a passagem de um fase a outra, onde os papéis parentais e a idade dos filhos assumiam uma importância relevante. Estes papéis deveriam ajustar-se aos diferentes períodos, tendo em conta a idade dos filhos assim como as etapas consideradas ao longo do ciclo de vida.

C. Saraceno (1997) procedeu a um estudo comparativo da família no passado europeu e nas sociedades contemporâneas. A autora tomou como exemplo os casos europeus e norte-americanos e traçou uma panorâmica dos papéis desempenhados pela família como agente cultural, económico e social.

O conceito de ciclo de vida formulado por Saraceno reportou-se à história de cada uma das famílias, referenciada à sua evolução ao longo do tempo, assim como às respectivas transformações. A autora definiu-o como tendo a ver “tanto com o tempo cronológico da duração, do período de vida de uma família (ou de um indivíduo), como com o seu ‘calendário’: isto é, com as escansões e eventos que demarcam um período, ou fase, de outra” (1997: 221).

Na sua investigação, no âmbito da sociologia da família, Saraceno distinguiu o ciclo de vida familiar e o ciclo de vida individual, encarando-os como conceitos que se intersectam e interagem mutuamente. Para aquela autora o ciclo de vida familiar englobou questões como a composição familiar e o relacionamento dos seus membros ao longo do percurso familiar. Foram analisados temas como o matrimónio, o nascimento dos filhos, os períodos escolar e de trabalho dos mesmos, a saída da casa paterna por altura do casamento ou para o trabalho no exterior, entre outras dimensões. Em relação ao ciclo de vida individual considerou que os percursos individuais dos membros da família podiam englobar-se numa acção conjunta - em objectivos familiares - onde se verificava um grau de cooperação entre esses elementos para atingir um objectivo comum, não querendo assumir, no entanto, que todos os elementos partilhassem os mesmos fins. O ciclo de vida individual abordou, assim, questões como o nascer, crescer e morrer, o nome, a sexualidade e a procriação. Ambos os ciclos se complementavam e os diversos acontecimentos e relações aparentemente mais naturais que vão ocorrendo durante os percursos familiar e individual entrecruzavam-se para definir não só o ciclo de vida familiar como também o ciclo de vida individual (Saraceno, 1997).

Na verdade, tal como escrevia Saraceno "pode falar-se do curso de vida (individual, mas ainda mais familiar) como feixe de

trajectórias, que por vezes correm paralelas, outras vezes se intersectam, mas sempre interdependentes" (1997: 230).

Na operacionalização do conceito de ciclo de vida, a referida autora baseou-se noutras investigações (Hill, 1977; Hill e Mattessich, 1987; Elder, 1978 a e 1978 b) tendo utilizado o critério da formalização do casamento na definição do início da primeira fase do ciclo de vida. A morte de um dos membros do casal foi o critério utilizado para o terminus da última fase do ciclo. Para a delimitação das fases intermédias os critérios adoptados basearam-se em acontecimentos marcantes da vida dos filhos - nascimento e crescimento - durante o período de tempo considerado.

Também N. Lourenço (1991), num estudo já anteriormente referido aquando da análise da dimensão estática do agregado doméstico, aplicou o conceito de ciclo de vida da família. Como se referenciou anteriormente, para o conhecimento da dimensão e estrutura dos agregados domésticos o autor apresentou os agregados domésticos por si estudados de acordo com a tipologia de Laslett. No entanto, posteriormente, para introduzir uma determinada dinâmica na análise desses agregados domésticos, o autor incorporou a dimensão temporal utilizando o conceito de ciclo de vida, em alguns dos casos abordados<sup>11</sup>. No seu estudo, com esta aplicação e, em relação à estrutura e dimensão dos agregados domésticos, concluiu que o ciclo de vida da unidade familiar se mantinha relativamente estável dado não manifestar grandes mudanças de estrutura ao longo do percurso de vida das famílias. Porém, para além das alterações de estrutura notaram-se, mais acentuadamente, variações de dimensão, provocadas pelo nascimento dos filhos e saída destes da casa paterna, por motivos relacionados com o casamento ou o trabalho no exterior.

A investigação empírica conduzida por Lourenço decorreu entre 1983 e 1987, em três comunidades da Região de Leiria, e teve por objectivo o estudo das transformações sociais ocorridas. Para tal privilegiou o sistema familiar, considerado como uma realidade complexa que permitia o apreender das transformações nas suas diferentes dimensões. A problemática abordada nesta pesquisa é também idêntica à dos trabalhos anteriormente descritos, como sejam as relações dentro dos sistemas familiares e as respectivas articulações com os sistemas envolventes. Assim, o autor abordou áreas de análise, tais como o sistema de casamento, o sistema de herança, o tipo de estrutura dos agregados domésticos e a organização do trabalho familiar.

Lourenço aplicou indistintamente a designação de ciclo de vida familiar ou ciclo de desenvolvimento da família e definiu-o como sendo uma sucessão de fases diferenciadas, que determinam a vida dos elementos de um agregado doméstico, desde a sua constituição até ao seu desaparecimento. Referiu o autor, que “obté-m-se, assim,

uma perspectiva dinâmica das unidades familiares que possibilita observar as fases mais significativas do seu ciclo de desenvolvimento. Consegue-se ainda, deste modo, uma base mais correcta para comparar a dimensão e a estrutura de grupos domésticos de comunidades diferentes” (1991: 78).

A operacionalização do conceito de ciclo de vida elaborada por Lourenço incluiu cinco fases, cujo seccionamento teve por base a dimensão temporal e as alterações da estrutura da unidade familiar, que passamos a descrever:

- 1 - Fase correspondente ao intervalo primogenésico, ou seja, casal ainda sem filhos;
- 2 - Fase assinalada pelo nascimento dos filhos, com um intervalo intergenésico de cerca de dois anos;
- 3 - Fase iniciada com o nascimento do filho mais novo e finalizada com o casamento, eventualmente, do filho mais velho;
- 4 - Fase iniciada com o casamento, eventualmente, do filho mais velho até à saída dos restantes filhos;
- 5 - Fase correspondente à unidade familiar reduzida à dimensão conjugal (1991: 186 ss).

O autor aplicou a terminologia utilizada por Fortes (1958), onde englobou as duas primeiras fases num período designado por expansão da unidade familiar e as três últimas fases, no período de fragmentação da mesma unidade.

## **2 · O conceito de ciclo de vida segundo a abordagem da sociologia rural**

Neste segundo ponto do capítulo, concentramos a nossa reflexão no conceito de ciclo de vida da família, no âmbito da disciplina da sociologia rural.

O ciclo de vida será aqui analisado em torno de duas perspectivas, marcadas pelo momento histórico onde se insere a agricultura relativamente a outros sectores de actividade. À primeira perspectiva de análise, de fraca interacção com os mercados, denominámos - mercado do produto/mercado dos factores de produção - à segunda, designámos - mercado do trabalho - por se integrar numa sociedade de modo de produção capitalista, marcada por uma forte articulação com os mercados.

No âmbito da disciplina da sociologia rural, a definição do conceito de ciclo de vida baseia-se na demarcação das diversas fases

ao longo da existência das unidades familiares e na análise das consequentes transformações ocorridas nas respectivas explorações agrícolas ou, de outro modo, na relação existente entre a evolução biológica da família e as alterações ao nível das actividades da exploração.

A primeira perspectiva de análise do conceito de ciclo de vida da família, no âmbito da sociologia rural, centra-se no estudo de uma agricultura baseada essencialmente no autoconsumo, inserida numa comunidade praticamente autárquica, onde as unidades familiares vivem em grande autonomia relativamente às comunidades envolventes. De facto, se bem que a exploração agrícola esteja sempre, em maior ou menor grau, inserida no mercado<sup>12</sup>, a unidade familiar dá maior ênfase aos valores de uso do que propriamente aos valores de troca, tratando-se, assim, de uma inserção muito limitada no mercado.

A segunda perspectiva de análise, por motivo de transformações económicas, sociais e culturais ocorridas no espaço social, diz respeito a uma agricultura já integrada no mercado, numa sociedade de modo de produção capitalista. Na unidade familiar é dado maior realce aos quantitativos monetários, e no dizer de Polany “a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência” (1980: 58). É notória a transformação da unidade familiar, libertando-se cada vez mais da sua produção de consumo, através de produtos adquiridos no mercado, virando-se para a valorização da sua mão-de-obra na produção de mercadorias, e ainda para a aplicação da sua força de trabalho em actividades exteriores à actividade agrícola. A esta perspectiva, de forte articulação dos elementos da unidade familiar com o mercado de trabalho, denominámos - mercado de trabalho.

## **2.1 · Agricultura familiar tradicional versus ciclos de vida das famílias**

A primeira perspectiva aqui analisada do estudo do conceito de ciclo de vida no âmbito da sociologia rural - mercado do produto/ mercado dos factores de produção - diz respeito a uma agricultura familiar tradicional, cujas características assentam na convergência dos aspectos a seguir descritos.

A organização económica e social em que se integra o agregado familiar, simultaneamente produtor e consumidor, manifesta uma simbiose entre a actividade produtiva e a actividade doméstica. A exploração agrícola, na qual opera a família, e sendo o seu local de trabalho, é vista como um património e um meio de vida, e não como um capital que deve ser rentabilizado (Servolin, 1972; Mendras, 1978; Crouch e Janvry, 1979; Fridmann, 1980; White, 1980; Bernstein, 1981; Delord e Lacombe, 1984; Toledo, 1992).

Os objectivos destas famílias visam um alto grau de auto-suficiência, pelo que produzem praticamente todos os bens de que

necessitam e consomem uma parte substancial da sua própria produção. A agricultura é, pois, a sua principal actividade, dedicando a quase exclusividade do seu tempo de trabalho à exploração agrícola (Shanin, 1976; Fridmann, 1980; Campagne, 1982; Mauleón, 1989).

As comunidades onde se inserem as unidades familiares são ricas em relações de interconhecimento e pobres na interacção com as comunidades envolventes. A mediação entre estas duas comunidades processa-se através de figuras relevantes, como os notáveis, sendo que são dominadas pelas comunidades envolventes que lhes reconhecem determinadas especificidades. (Thorner, 1962; Tepicht, 1973; Mintz, 1973; Shanin, 1976; Mendras, 1978; Baptista, 1981). Estas pequenas comunidades rurais manifestam pautas de comportamento rigidamente definidas a que Shanin denominou "núcleos básicos de identificação social" (1976: 17).

A existência de uma inserção mercantil em condições de dependência da comunidade envolvente, em que parte da produção ao entrar no circuito comercial não tem por finalidade a valorização de um capital, nem a obtenção de um lucro, mas tem por objectivo a subsistência da unidade familiar, para além dos meios de reprodução necessários para assegurar essa subsistência. A terra e o trabalho familiar são os factores de produção que devem ser utilizados da melhor forma possível e cuja remuneração não segue a lógica de preços do mercado. Assim, as famílias tendem a levar ao mercado os seus produtos enquanto o preço lhes render, pelo menos, os meios mínimos indispensáveis à reprodução da unidade familiar (Servolin, 1972; Shanin, 1976; Goody, 1976; Mendras, 1978; Fridmann, 1980; Touriño, 1983; Iturra, 1983; Baptista, 1993).

Para ilustrar esta primeira perspectiva - mercado do produto/mercado dos factores de produção - apoiámo-nos em trabalhos empíricos de determinados autores, com o intuito de melhor conhecer o funcionamento das unidades familiares e sua interacção com as explorações agrícolas, nas comunidades onde foram elaborados os respectivos estudos.

A. Chayanov, um ilustre economista agrário soviético, de finais do século XIX e inícios do século XX (1890-1930), desenvolveu uma das teorias mais completas sobre a organização da economia camponesa, tendo baseado essa teoria nas interacções existentes entre o percurso da família - o seu ciclo de vida - e as alterações observadas na exploração. Para o autor, a composição dos elementos da unidade familiar determinava a sua força de trabalho, que dependia do número desses elementos. Por sua vez, e em relação à exploração agrícola, caracterizou-a por possuir determinada necessidade de consumo e determinada disponibilidade de trabalho da respectiva unidade familiar.

Chayanov, ao operacionalizar o conceito de ciclo de vida, considerou quatro fases de desenvolvimento, cujo delineamento teve por base a estrutura da família, esta identificada por duas variáveis: a idade e a composição dos elementos do agregado doméstico. Atendendo a que a família era tida em conta não como uma entidade biológica mas sim económica, a sua composição deveria vir expressa em relação à importância relativa das unidades de consumidores e de trabalhadores, durante as diferentes etapas do seu desenvolvimento.

Assim, o autor, decompôs do seguinte modo, as fases do ciclo de vida:

- 1ª Fase - recém casados (acabados de sair dos lares paternos);
- 2ª Fase - casal com filhos pequenos;
- 3ª Fase - casal cujos filhos já participavam nos trabalhos da exploração;
- 4ª Fase - famílias de idosos em decadência (Chayanov, 1974: 51-52).

A teoria elaborada por Chayanov, baseava-se no equilíbrio a atingir na exploração agrícola, entre as necessidades de consumo da família e as disponibilidades de trabalho da mesma. Assim, a unidade familiar atingia o seu limite máximo de actividade económica quando utilizava a sua força de trabalho na sua maior intensidade, sendo o seu limite mínimo fixado pelas necessidades mínimas de consumo para a sobrevivência da família.

A modificação da relação entre as necessidades de consumo e a força de trabalho da família, ao longo do seu percurso, deveria ser entendida tendo em conta que, numa fase inicial, a unidade conjugal com filhos menores, que não trabalhavam, provocava um aumento na proporção de consumidores/trabalhadores. Logo que os filhos atingissem a idade laboral, a relação consumidores/trabalhadores baixava, diminuindo o peso dos consumidores sobre o dos trabalhadores, e cada vez mais, à medida que os filhos se iam tornando adultos. Aquela relação seria igual à unidade logo que todos os membros da família fossem adultos produtivos, sem que nenhum dos filhos tivesse deixado a casa dos pais e estes mantivessem as suas capacidades laborais.

A relação consumidor/trabalhador poderia recomeçar a aumentar, no caso de um dos filhos constituir família e manter-se na casa paterna, no caso dos pais se incapacitarem para os trabalhos da exploração ou, por razões várias, a família de origem se fracturar em duas ou mais unidades, recomeçando cada uma destas unidades novo ciclo de vida, como o que acabámos de descrever (Chayanov, 1974: 51 ss).

De facto, para Chayanov, as explorações agrícolas com maior número de elementos em idade produtiva, eram as que apresentavam maiores necessidades de consumo e disponibilidade de mão-de-obra. Assim, o ciclo de vida da família era determinante da actividade económica da exploração, visto ser ele que fixava a relação consumo/trabalho na exploração, em determinado momento. Como observava Chayanov, “cada família, consoante a sua idade, contempla nas diferentes fases um tipo de trabalho completamente distinto conforme a sua força de trabalho, o grau de intensidade das suas necessidades, a relação consumidor/trabalhador, e a possibilidade de aplicação dos princípios da cooperação complexa” (Chayanov, 1974: 55-56).

Os estudos deste autor aplicavam-se somente à organização da produção agrícola e não à unidade familiar, principalmente quando esta se inseria num contexto de grande mobilidade laboral, dado que em situações como estas, não se verificava uma relação directa entre a disponibilidade de mão-de-obra e o ciclo de vida. Também aqui, as necessidades de consumo da família podiam ser satisfeitas com rendimentos auferidos no exterior da exploração ou de pensões. De facto, os trabalhos de Chayanov são adequados apenas a situações em que a unidade se dedicava exclusivamente à exploração agrícola e não estava dependente de rendimentos de outras actividades.

B. Galeski (1977), dentro da abordagem desta primeira perspectiva de análise do conceito de ciclo de vida da família, segundo a sociologia rural - mercado do produto/mercado dos factores de produção - define o conceito de ciclo de vida como consistindo na diferenciação de diversas fases ao longo da existência das famílias, designando-o por "pequena dinâmica", para o distinguir das mudanças históricas ocorridas na sociedade em geral.

Galeski elaborou um estudo sistemático sobre o modo de produção dos camponeses polacos, com o objectivo de analisar as transformações ocorridas nas suas explorações, numa sociedade, em via acelerada de industrialização e urbanização, do pós II Guerra Mundial. O autor operacionalizou o conceito de ciclo de vida da família assinalando quatro fases distintas no ciclo de vida da população estudada. Para o delineamento daquelas fases, Galeski utilizou os seguintes critérios: (i) dimensão da exploração, (ii) disponibilidade de mão-de-obra, (iii) idade do chefe de família.

Passamos, de seguida, a enumerar o conteúdo das referidas fases:

- 1<sup>a</sup> Fase - marcada pelo casamento: normalmente o casal dedicava-se a uma pequena exploração, que poderia eventualmente ser arrendada (nesta fase, por norma, o casal ainda não era herdado). Fase manifestada por uma certa

disponibilidade por parte da mulher, de se poder dedicar ao trabalho agrícola, visto ainda não ter filhos, e sendo também a fase onde se inicia o aumento gradual da exploração agrícola;

- 2<sup>a</sup> Fase - assinalada pelo nascimento dos filhos: o casal preocupava-se com a manutenção da família, não podendo dedicar-se tão intensamente ao trabalho da exploração, absorvido que estava com os filhos menores, começando estes a participar nos trabalhos à medida que cresciam;
- 3<sup>a</sup> Fase - os filhos já eram trabalhadores produtivos, mas ainda se mantinham solteiros: a exploração agrícola atingia o seu ponto mais elevado de força de mão-de-obra;
- 4<sup>a</sup> Fase - os filhos tornavam-se independentes: iniciava-se a diminuição gradual da área da exploração, devido à redução do trabalho familiar pela saída dos filhos da casa paterna e pelo envelhecimento dos pais (1977: 118 ss).

Como é facilmente compreensível, eram distintas as necessidades de mão-de-obra e de consumo durante a evolução dos diferentes períodos assinalados. Verificava-se, assim, uma relação estreita entre as fases do ciclo de vida e a dimensão da exploração, atingindo esta a sua máxima dimensão quando os filhos chegavam à idade de trabalhadores adultos, a residir na casa paterna.

Um trabalho elaborado em Portugal, por V. Barros (1992), fez uma aplicação desta operacionalização do conceito de ciclo de vida construída por Galeski. O estudo deste autor desenvolveu-se nas décadas de 60 a 80 do século XX, na região centro litoral do país. Teve por objectivo demonstrar a viabilidade das pequenas e médias explorações familiares, num processo de modernização e de intensificação agrícola e utilizando um sistema de produção agrícola de dominância leite-carne de bovino-batata.

Como concluía o autor, e na mesma linha de Galeski, "com efeito, a saída dos filhos implicará, simultaneamente, diminuição do património, redução na força de trabalho e decréscimo nas necessidades de consumo, levará os agricultores, à medida que a idade vai avançando, a diminuírem gradualmente a sua actividade a ponto de a verem reduzida a um pequeno quintal em volta da habitação" (1992: 162).

Tal como no estudo anterior, a exploração agrícola familiar atingia a sua máxima dimensão na fase do ciclo de vida, em que os filhos ainda solteiros, eram trabalhadores produtivos maduros. À medida que estes iam deixando a casa paterna, iniciava-se uma transferência de recursos que associava a temporalidade da exploração à fase de desenvolvimento da família agrícola.

Um outro trabalho desenvolvido dentro da primeira perspectiva de análise do conceito de ciclo de vida - mercado do produto/ mercado dos factores - da autoria de H. Barros (1975) ao abordar o ciclo de vida familiar, no seu estudo sobre a classificação dos sistemas de economia agrícola, referia que "uma família de agricultores, com efeito, desde que se constitui até à morte ou à reforma do respectivo chefe, tem de contar, para explorar uma superfície em geral constante, com um potencial de trabalho muito variável ao longo da sua vida" (1975: 131). Aquele autor observou um trabalho analisado por um economista australiano Nalson (1968), com particular incidência na Austrália, tendo operacionalizado em quatro fases o ciclo de desenvolvimento da família, a saber:

- A 1ª Fase, que designou por extensão: iniciava-se no matrimónio e terminava quando o filho mais novo atingisse os 21 anos ou se casasse, caso o casamento ocorresse antes;
- A 2ª Fase, de dispersão: que principiava quando o filho mais velho se encontrava em situação de deixar a casa paterna, até os restantes se encontrarem nas mesmas condições e abandonarem a residência familiar;
- A 3ª Fase, de independência: tinha início com a saída do último filho e terminava com a reforma dos pais;
- A 4ª Fase, de substituição: iniciava-se com a reforma dos pais e acabava com a morte dos mesmos.

Para definição destas fases, Barros baseou-se essencialmente nos seguintes critérios: (i) idade da mulher quando contraía matrimónio, (ii) duração do período fértil da mulher, (iii) idade dos membros família, (iv) esperança de vida dos elementos da família, (v) tipo de reforma (Barros, 1975: 131-132).

## **2.2 · Agriculturas familiares versus ciclos de vida das famílias**

A outra perspectiva do estudo do conceito de ciclo de vida da família, no âmbito da sociologia rural, diz respeito a uma agricultura já inserida numa sociedade de modo de produção capitalista, com fortes e múltiplas interações com os mercados de factores, de produtos e de trabalho, onde é diminuta a parte destinada ao autoconsumo.

De seguida, passamos ainda que muito sumariamente, a comentar algumas das principais características e formas de articulação deste tipo de agricultura.

Estamos perante uma agricultura familiar, distinta da agricultura tradicional abordada no âmbito do que aqui designámos por primeira perspectiva, em que para além da actividade agrícola ser desenvolvida na sua maioria pelo agregado familiar, podendo em

certos casos recorrer-se a trabalho assalariado, na reprodução das explorações domina a lógica do mercado, ou seja, onde as relações pessoais são substituídas pelas relações de mercado (Servolin, 1972; Fridmann, 1980; Touriño, 1985; Moreira, 2001).

Com base nesta integração no mercado tende a processar-se uma melhoria e uniformização dos níveis de vida da população rural, que desenvolvem estratégias associadas a contrapartidas monetárias e a reproduções cada vez mais mercantilizadas. Este processo de mercantilização leva a uma maior dependência do produtor familiar, inserindo-se nos circuitos de comercialização, tanto a montante do processo produtivo (tecnologias, equipamentos, máquinas, banca e outros) como a jusante (agro-indústrias, preços dos produtos). De facto, o autoconsumo, que eventualmente pratique, deixou de ser o seu objectivo primeiro, para passar a uma actividade marginal, assim como o auto-abastecimento em factores de produção mostra-se cada vez mais secundário (Pugliese, 1985; Arnalte, 1986; Lacombe, 1990; Toledo, 1992; Ploeg, 1987 e 1992).

Perante as transformações da sociedade envolvente e o conseqüente aumento das alternativas de emprego da força de trabalho do chefe de família e restantes membros do agregado, em sectores não-agrícolas, a dimensão das explorações tende a tornar-se menos dependente da estrutura familiar e das diferentes fases do seu ciclo de vida.

A expansão da sociedade urbana e industrializada, rompendo com o modelo económico tradicional - com uma racionalidade económica que visava essencialmente a reprodução dos meios de produção e da força de trabalho, levando ao mercado produtos cujos preços não visavam a obtenção da taxa média de lucro, mas sim frequentemente produtos de curvas de oferta invertida<sup>13</sup> - tem impactes imediatos a vários níveis.

Um dos primeiros aspectos a referir é a integração das famílias agrícolas na sociedade global, deixando de estar confinadas à aldeia ou à colectividade local que representava um sistema socio-económico e cultural relativamente isolado do exterior. Assim, têm acesso a novos padrões de vida e a determinados consumos urbanos - com a conseqüente alteração das suas pautas de comportamento - introduzidos pelo aumento da mobilidade da mão-de-obra, pelos intercâmbios comerciais entre a exploração e outros sectores e pela cobertura informativa dos mais diversificados meios de comunicação social. De facto, a família agrícola não é mais uma unidade social indiferenciável, em que o seu colectivo converge para os mesmos objectivos mas, neste processo de mudança, os vínculos familiares tendem a atenuar-se e por vezes a dissolverem-se, uma vez desaparecida a racionalidade económica que os suportava (Yruela e Gúzman,

1985; Pugliese, 1985; Etxezarreta, 1985; Arnalte, 1986; Blanc, 1987 a, 1987 b e 1994; Brun, 1989).

Como referem Gasson et al. (1988) o apoio que a família pode oferecer à gestão da pequena unidade familiar, parece ser cada vez menos funcional, como seja: o trabalho familiar menos oneroso, motivação para a aceitação de um padrão de vida baixo em troca de trabalho penoso, aceitação da autoridade tradicional, inexistência de separação entre trabalho e lazer e apreço por valores como a autonomia e a independência. Ainda de acordo com estes autores, hoje, o sucesso da exploração familiar talvez deva ser atribuído mais ao facto de se manter a par das novas tecnologias, possuir um controlo rígido sobre todos os aspectos da produção e estar vocacionado para as oportunidades de mercado que vão surgindo.

Para além dos aspectos enumerados, é ainda de salientar que a ruptura da dinâmica económico-tradicional contribuiu também para a emergência do que alguns autores designam por agricultura a tempo parcial, devido a grande percentagem da força de trabalho familiar se ter transferido para sectores não-agrícolas, passando a agricultura a assumir um papel secundário<sup>14</sup> no quotidiano das famílias agrícolas. Esta situação leva frequentemente à possibilidade de se recorrer, com maior frequência, a trabalho assalariado, sazonal ou mesmo permanente (Cavaco, 1985; Novais, 1993; Etxezarreta, 1994).

Um aspecto realçado na literatura que se debruça sobre os países industrializados é o aumento significativo da combinação das actividades agrícolas com outras actividades remuneradas exteriores à agricultura, em que no caso de explorações agrícolas de área reduzida permitem, mais facilmente, ao agricultor exercer outras actividades remuneradas no exterior. Nestas explorações, a probabilidade de exercerem actividade no exterior diminui rapidamente à medida que a área aumenta; porém, aquela probabilidade poderá, eventualmente, aumentar de novo, quando se trata de explorações de maiores dimensões. Para além da área, também aqui existe uma relação de complementaridade de força de trabalho entre os membros da família, isto é, os que trabalham fora e os que se dedicam exclusivamente à exploração agrícola (Gasson et al., 1988).

Estudos recentes efectuados em Inglaterra, País de Gales, Escócia, Irlanda do Norte e República da Irlanda, e comentados por Gasson e seus colaboradores (1988), revelam uma tendência geral para os agricultores a tempo parcial trabalharem em tempo integral noutra ocupação e considerá-la como a sua actividade principal, assumindo a agricultura um papel secundário nestas unidades familiares.

Embora a realidade portuguesa não seja comparável às que foram objecto de leitura por parte de Gasson et al., e guardando as devidas cautelas, num estudo realizado em Portugal, concelho de

Barcelos, é constatado que muitos agricultores titulares a tempo parcial se identificavam mais como operários do que como agricultores (os que trabalhavam fora da actividade agrícola, no sector industrial). Porém, e apesar deste tipo de auto identificação, os mesmos são dificilmente reconhecidos como tal, não só pelos agricultores a tempo completo que partilhavam a mesma comunidade de residência como também pelos operários sem ligação à actividade agrícola com quem partilhavam o local de exercício da actividade económica principal (Rodrigo, 1992).

É também de salientar a influência do nível de escolaridade dos membros da unidade familiar no seu relacionamento com a exploração agrícola. No estudo já anteriormente referido, elaborado por Gasson e seus colaboradores, menciona-se que um número considerável de membros da família agrícola, principalmente os de maior grau de instrução, manifestam o desejo de se afastarem da exploração e tornarem-se economicamente independentes. Para além da vontade de trabalharem em actividades não-agrícolas, manifestam também preferência por um estilo de vida mais urbano. Porém, a escassez de oportunidades em actividades distintas muitas vezes travam estas tendências, especialmente em áreas mais afastadas e mais desfavorecidas (Gasson et al., 1988).

De seguida, vamos tentar entender por que a agricultura familiar continua a subsistir nas sociedades de modo de produção capitalista e apresentar uma sinopse das suas principais características.

O primeiro aspecto a realçar tem a ver com a sobrevivência da agricultura familiar nos novos desenvolvimentos do mundo rural, apesar de muitos autores terem preconizado o seu gradual desaparecimento - Kautsky, Lenin - e outros, mais recentemente terem defendido a sua persistência - Servolin, Carvailhes e Mollard - embora integrada em novas formas de agricultura familiar em sociedade de modos de produção capitalista. A adaptabilidade da agricultura familiar às novas exigências da sociedade, através de estratégias que envolvem alterações nos sistemas culturais, nas produções, na distribuição do trabalho familiar e imputando maior rigor ao cálculo económico, têm facilitado a sua integração e, conseqüentemente, a sua resistência/permanência nos novos contextos envolventes (Etxezarreta et al., 1995).

O aspecto seguinte, no estudo da agricultura familiar tem em atenção a lógica de funcionamento da unidade familiar, com determinadas características demográficas e sociais de fecundidade, de sexo, de idade e de coabitação entre gerações. As relações laborais deste grupo familiar nada têm a ver com as relações de trabalho entre patrão e empregado, mas obedecem a um determinado código de relações familiares (Barthez, 1982). Com efeito, parece característico destas sociedades mais tradicionais que o modo de vida seja

organizado dentro da unidade familiar e a divisão de tarefas se faça por sexo e idade, dentro de padrões comuns a toda a sociedade<sup>15</sup>. É de salientar um sistema de solidariedade no trabalho, em momentos de maior actividade agrícola, através da ajuda de familiares e vizinhos (Llambí, 1980; Hernández, 1994). A família exerce, pois, um papel crucial no desenvolvimento da exploração, não apenas como mão-de-obra, mas também como importante manancial de capital e de conhecimentos. A mão-de-obra familiar prevalece em relação à assalariada, o titular da exploração considera-se mais bem servido e como realça Gasson et al. (1988) - o trabalho da família é preferido ao do mercado, pois merece maior confiança, relativamente ao de pessoas estranhas à família.

A designação de titular da exploração é normalmente atribuída ao homem, sendo à mulher e aos outros elementos do agregado doméstico atribuída a designação de “ajuda familiar”, baseando-se esta distinção num só critério: o sexo. A família constitui uma unidade social de suporte que engloba funções determinantes, como: (i) assegurar a manutenção dos seus elementos que não se auto-abastecem a si próprios (crianças e velhos), (ii) transmissão da herança, não só a material como também a cultural, (iii) segurança, dando os apoios necessários a todos os seus membros, principalmente em tempos de crise, (iv) prestação de facilidades no início de vida do indivíduo, baseadas em valores como o prestígio, a autoridade e o rendimento e, por último, (v) desempenho de funções educativas e culturais, normalmente baseadas em valores e normas dominantes na colectividade onde se inserem (Galeski, 1977).

A relevância da unidade familiar tem a ver com a sua ligação à terra e acesso aos respectivos meios de produção (Fridemann, 1980) que, na sua grande maioria, são adquiridos por herança ou por casamento. A terra é normalmente transmitida pelos pais ao casal, recém-formado, constituindo a base da sua existência que, por sua vez, a transmitirá à geração seguinte (Mendras, 1978; Kerckhoff, 1980; Fontes, 1982; Iturra, 1983 e 1985; Hespanha, 1994; Ribeiro, 1997).

O celibato e o êxodo dos jovens na agricultura são fenómenos preocupantes no desenvolvimento destas explorações familiares. No primeiro caso não possibilitando a formação de nova unidade produtora. No caso da migração da nova geração, a equipa de trabalho familiar não é renovada e à exploração não lhe é permitido perspectivar novo sucessor. Assim, para a preservação da agricultura de modo de produção familiar é pertinente estudar temas como a nupcialidade, relações entre gerações, heranças, modalidade de partilhas, entre outras (Barthez, 1982).

O acesso à profissão de agricultor tem a ver com a evolução da família, recebendo, de alguma forma, apoio familiar - quer em

capital obtido por herança, donativo ou casamento, quer por herança da sua exploração, quer ainda em ajuda monetária para início da actividade agrícola (Cabral, 1984; Devillard, 1989; Brandão, 1994; Silva, 1997; Segalen, 1999; Sobral, 1999). Como notou Barros “na realidade, quando o casal recebe um património das mãos dos pais simultaneamente assume a responsabilidade da passagem aos filhos. Não é somente a terra que os pais cedem aos filhos no início da vida em autonomia destes. Em muitos casos dão também gado ou emprestam dinheiro para a sua aquisição e apoiam na construção da habitação” (1992: 160).

Investigações sobre estas temáticas têm concluído que os sucessores de explorações agrícolas de maiores dimensões são normalmente mais capazes de assumir a profissão de agricultores do que os sucessores de pequenas explorações. Aqueles têm acesso a uma formação mais formal, em termos agrícolas, visto as grandes explorações absorverem com maior facilidade a mão-de-obra familiar, enquanto que no caso das mais pequenas, os descendentes têm frequentemente necessidade de procurar outros empregos, antes de sucederem na exploração paterna.

A título ilustrativo do acabado de referir é aqui de nomear um caso estudado no Norte de Portugal, onde I. Rodrigo (1992) refere que as pessoas que optaram por ser agricultores a tempo completo (com excepção dos chefes de exploração “jovens agricultores”, pertencentes à 2ª geração) partilharam o interesse comum em que um dos filhos (ou filha) ficasse a residir com os pais. “Para estes, o momento da instalação e da sucessão eram, na esmagadora maioria dos casos, coincidentes. Isto é, o acesso às responsabilidades da gestão da exploração (instalação) e o acesso ao património familiar (sucessão) ocorria quando o pai (chefe da exploração) falecia ou, por qualquer razão, se via impossibilitado de assegurar aquelas responsabilidades” (Rodrigo, 1992: 143).

No entanto, a coincidência destes dois momentos já não se verifica nos “jovens empresários” agrícolas (da 2ª e 3ª gerações).

Contudo, a emergência de certos factores em determinados contextos históricos e sociais começam por pôr em causa a unidade família/exploração. Com efeito, estudos efectuados na Grã-Bretanha sublinham que nos anos 60 a maioria dos jovens agricultores pretendiam seguir a profissão dos pais<sup>16</sup>, contrastando com épocas mais recentes, em que cerca de metade punham em questão seguir essa ocupação, ou seja, o disporem-se, prontamente, a ocupar o lugar dos pais. As principais razões para esta ocorrência, segundo este estudo, seriam as dimensões da exploração - demasiado pequenas - a abertura de novos horizontes aos jovens, fora do sector agrícola e a oportunidade de modelos alternativos de trabalho no exterior (Gasson *et al.*, 1988).

As novas gerações começam a contestar a sua profissão como uma herança, preferindo os jovens agricultores “instalarem-se” em vez de “sucederem”. Os pais deixaram de ser um referencial, para se tornarem “naquilo que não deve ser seguido”. O aumento das relações mercantis exige novas qualificações profissionais (por exemplo frequência de cursos de formação profissional) e maiores quantitativos monetários, deixando de ocupar uma posição marginal, como acontecia tradicionalmente.

Os jovens põem ênfase em questões como: valorização de trocas mercantis, melhoramento da produção em troca da reprodução e da herança, valorização de conhecimentos científicos em vez da transmissão de experiências e saberes paternos (Barthez, 1982). Ou seja, a criação de uma identidade profissional própria.

De facto, o colectivo familiar tem-se alterado. Em primeiro lugar, pela crescente dificuldade de determinados sectores da agricultura sobreviverem, produzindo para o mercado. Por outro lado, pela dificuldade de algumas explorações resistirem, quando confrontadas com a abertura ao mercado mundial, devido, nos países da União Europeia, à reforma da PAC de 1992<sup>17</sup>. Esta reforma previa uma diminuição de apoio à produção, ao mesmo tempo que implementava medidas de apoio ao rendimento dos produtores. Estas medidas incluíam apoios sociais e apoios financeiros, desde que estes não estimulassem a produção agrícola. São estes apoios financeiros que iam mantendo estáveis os rendimentos dos agricultores (Baptista, 1995).

Esta conjuntura de mudanças ocasionou a aplicação de mão-de-obra familiar em actividades fora da exploração (Arnalte, 1980; Barthez, 1987; Lacombe, 1990; Reis *et al.*, 1990; Baptista, 1995; Kritzinger *et al.*, 1997). Porém, o envolvimento dos elementos da família agrícola em outras actividades económicas exteriores à exploração fez alterar o colectivo familiar e, como dizia Baptista, parafraseando Mendras (1991), “se tornou necessário ‘distinguir claramente a família da exploração, alterar a perspectiva e olhar esta do ponto de vista da família’” (1995: 845).

Também no caso português, as mudanças económicas e sociais que se têm verificado nas últimas décadas nas comunidades rurais têm alterado o conceito de agricultura familiar, provocando uma maior separação entre a esfera familiar e a exploração agrícola. No decurso destas mudanças foram identificados quatro modelos de agriculturas, de diferentes articulações entre família/exploração, baseados na origem da principal fonte de rendimento da família (Baptista, 1993 e 1995).

Estudos recentes, identificam os seguintes grupos de agriculturas familiares. Um primeiro grupo que inclui as unidades produtivas cujas famílias agricultoras têm a actividade agrícola como principal

fonte de rendimentos. Um segundo grupo onde estão incluídas as unidades familiares cujos rendimentos são originários sobretudo de vencimentos auferidos em actividades exteriores à exploração agrícola, mas cujas receitas das explorações são importantes para a economia da família. Um terceiro grupo que engloba os agricultores cujos rendimentos provêm essencialmente do sistema de segurança social ou de outras remessas de dinheiro exterior à actividade agrícola, normalmente famílias envelhecidas e de reduzidas dimensões. Finalmente, um quarto grupo, em que estão incluídos os agricultores que devido à reforma da PAC (1992) começam a manter-se dos apoios comunitários que visam a ajuda ao rendimento, abandonando a actividade produtiva e passando a guardiães da paisagem e do ambiente, isto é, os que começam a ser denominados “jardineiros da natureza” (Baptista, 1995).

Em cada um destes grupos de agriculturas familiares, a família agrícola atribui à exploração distintas funções e estabelece diferentes objectivos económicos.

É facto que existe uma multiplicidade de factores determinantes da unidade familiar que é necessário ter em conta para identificar a vida da família, num determinado contexto e num determinado tempo. É evidente que não basta apenas conhecer as variáveis estruturais - nomeadamente, a dimensão da exploração, a forma de exploração, o tipo de actividade, as tradições de casamento e herança, a formação da unidade familiar, o estatuto laboral dos membros da família - mas também é necessário conhecer e reflectir sobre as interacções da unidade familiar com o ambiente social e económico do contexto envolvente onde actua o binómio família/exploração.

Dentro da segunda perspectiva do estudo do conceito de ciclo de vida no âmbito da sociologia rural - mercado do trabalho - diversos autores ilustraram com trabalhos empíricos, com o objectivo de possibilitar uma melhor percepção das interacções existentes entre a unidade familiar e a exploração agrícola, na sociedade contemporânea.

R. Gasson e a sua equipa - G. Crow, A. Errington, J. Hutson, T. Marsden e D. M. Winter - (1988), dentro desta perspectiva, definiram o conceito de ciclo de vida segundo as relações existentes entre os elementos da família, durante as diferentes fases do seu percurso de vida e, as mudanças verificadas nas explorações ao longo desse mesmo percurso.

Estes autores, ao publicarem uma síntese teórica de trabalhos de diversos investigadores sobre a agricultura familiar, destacaram o “cunho” familiar da agricultura no Reino Unido e referiram que, na exploração familiar, a família não se comportava como uma unidade constante, estática, mas que ao longo do tempo iam-se operando

mudanças no número dos seus membros, no vigor e nas exigências. Também a média dos recursos da exploração não variava na mesma proporção da mão-de-obra disponível ou mesmo das necessidades da família.

Gasson *et al.* (1988) na operacionalização do conceito de ciclo de vida, distinguiram três fases, cujo faseamento se baseou no relacionamento entre a família agrícola e o trabalho desenvolvido por esta, na exploração, e cujo conteúdo passamos a nomear:

- 1ª Fase - fase inicial, em que os filhos não atingiram a idade escolar, ou mesmo ainda não existiam, podendo a mulher encontrar-se no estado de gravidez;
- 2ª Fase - fase intermédia, em que alguns filhos já se encontravam na idade activa, vivendo em casa e trabalhando na exploração ou fora desta;
- 3ª Fase - fase posterior, em que um ou outro filho já deixou a casa ou a mulher do agricultor, passada a fase de procriação, não tinha descendência.

Como se disse, estas fases do ciclo de vida familiar têm permitido relacionar a ocupação da família na exploração e o seu próprio desenvolvimento. Na sua fase inicial, as exigências familiares são grandes, apesar de os pais serem jovens são também enérgicos e contam apenas com o seu trabalho, quer na exploração quer fora dela<sup>18</sup>. Na fase intermédia as exigências continuam grandes e provavelmente com tendência a aumentar, mas tende a haver uma maior disponibilidade de mão-de-obra para trabalho na exploração ou em mercados exteriores. A última fase é caracterizada por exigências de trabalho mais reduzidas, coincidindo com a quebra de vigor e declínio físico dos pais (Gasson *et al.*, 1988: 18-19).

Deste estudo, os autores concluíram existirem três factores relevantes para o êxito de uma exploração familiar, como a idade do titular da exploração e dos seus filhos, o tipo de actividades desenvolvidas na exploração e a existência de um sucessor.

A Norte de Portugal, na Região Transmontana, é de destacar A. Baptista (1999), no seu recente trabalho efectuado na Terra Fria, onde estabeleceu uma relação estreita entre o ciclo de vida familiar e a dimensão e/ou orientação produtiva<sup>19</sup> da exploração. Ao estudar a heterogeneidade dos idosos (do ponto de vista da sua maior ou menor actividade e da sua vontade de trabalhar, considerou três limitações básicas: a idade, o estado de saúde e a situação familiar), relacionou esta classe etária<sup>20</sup> com o ciclo de vida das unidades família/exploração. O autor operacionalizou o conceito de ciclo de vida, através de fases, a que denominou: formação, crescimento, maturidade, saturação e retracção.

Passamos, assim, à descrição das fases enumeradas:

- 1ª Fase, de formação: iniciava-se com a constituição do jovem casal, normalmente através do casamento e a exploração agrícola surgia de terras cedidas ou herdadas;
- 2ª Fase, de crescimento: verificava-se um aumento da família - com o nascimento dos filhos -, um aumento da exploração - por herança, compra de terra, ou arrendamento -, um aumento no efectivo pecuário e no investimento em equipamento e máquinas;
- 3ª Fase, de maturidade: caracterizava-se pela máxima produção vegetal e animal, ou seja, a exploração atingia a sua maior dimensão, volume de produção e tamanho do efectivo pecuário. Os filhos ainda solteiros, contribuíam como mão-de-obra adulta;
- 4ª Fase, de saturação: verificava-se uma redução da família e da exploração. Com a saída dos filhos e a sua independência, não era possível manter o nível de produção, o que levava a uma diminuição do efectivo e das áreas cultivadas;
- 5ª fase, de retracção: correspondia ao abandono gradual da exploração. Englobava a idade da reforma<sup>21</sup>, a produção para autoconsumo, a venda - total ou parcial - do efectivo pecuário e a redução da superfície da unidade produtiva, por arrendamento, parceria, empréstimo ou mesmo abandono.

O autor, neste seu estudo, deu particular ênfase à fase de retracção, pelo que a subdividiu em três etapas. Na primeira verificava-se uma diminuição da actividade agrícola: reduzia-se o número de animais (mesmo a metade), transferia-se a produção de leite para carne de bovino ou substituíam-se as vacas por criação de vitelos; nas culturas vegetais, existia uma preocupação em manter as plantações, sendo a SAU média destas explorações de cerca de 6 a 7 ha. Na segunda etapa, a dimensão da exploração diminuía: a SAU baixava para 3 a 4 ha (correspondendo à fase de dar algumas terras de arrendamento ou parceria, neste último caso para ainda poder usufruir de alguma batata e cereal); procedia-se também à venda de gado bovino; a pequena área era mantida por gestão dos próprios (com a ajuda dos filhos - quando residiam nas proximidades - ou mesmo através de pagamento de algumas jeiras, para poderem contar com batata para consumo, com produtos da horta e parte das plantações de vinha, castanheiro e alguns lameiros); continuavam com a criação de animais de capoeira e do porco para autoconsumo. Na terceira e última etapa, a exploração reduzia-se a um mínimo de área cultivada: limitava-se a uma pequena horta e a uma capoeira, em que a SAU se

situava entre 0,5 e 1,5 ha; quando os filhos habitavam nas redondezas, frequentemente estes passavam a cultivar a terra ou, caso contrário, a terra era cedida ou arrendada a outros (Baptista, 2000: 19-22).

Também R. Kada (1980), dentro da abordagem da perspectiva de análise do conceito de ciclo de vida que vimos analisando, segundo a sociologia rural, elaborou um trabalho empírico efectuado nos Estados Unidos e Japão, onde utilizou a variável fase do ciclo de vida para caracterizar as unidades família/exploração, das comunidades de Wisconsin e Shiga, naqueles países, respectivamente. A fase do ciclo de vida permitiu evidenciar as variações da oferta de mão-de-obra da família - relacionada não só com a evolução da idade dos pais, como também com a integração dos filhos no mercado de trabalho, assim como a variação das necessidades de rendimento das unidades familiares. Como o autor afirmava, "a presença de crianças de idades variadas na família, tem uma influência considerável no padrão das actividades económicas e sociais da exploração familiar como um todo" (Kada, 1980: 161).

Kada operacionalizou o conceito de ciclo de vida da família em cinco fases distintas, considerando na sua delimitação dois critérios: (i) a idade dos filhos do casal e (ii) o tipo de ocupação do titular da exploração e da sua mulher.

Em relação ao primeiro critério, Kada estabeleceu três idades críticas<sup>22</sup>, ou sejam, os seis anos, os 15 anos e os 25 anos. A primeira, correspondia ao início do ensino escolar obrigatório, período antecedente que obrigava a mãe - ou algum familiar substituto - a envolver-se muito mais nos trabalhos domésticos e no tratamento das crianças, ficando com pouca disponibilidade para as actividades da exploração ou no exterior. Os 15 anos de idade foram escolhidos por serem a idade que marcava o final do ensino escolar obrigatório e podendo coincidir, frequentemente, com o ingresso no mercado de trabalho. Correspondia também a uma maior responsabilização dos filhos nos trabalhos da exploração e nos trabalhos domésticos, estes últimos, efectivamente, mais destinados às filhas. Por último, os 25 anos estabeleciam uma idade padrão de casamento e/ou os filhos já serem detentores de um emprego estável. Para além disso, era a idade que identificava o filho-sucessor da exploração, quando este ainda não era casado.

A combinação destas três idades de referência dos filhos, com o tipo de actividade e o grau de ocupação dos pais, permitiu sectionar o ciclo de vida em cinco fases distintas, que Kada designou do seguinte modo:

- 1<sup>a</sup> Fase - fase familiar pré-escolar (pre-school family stage): desde o casamento até quando o filho mais novo completava os seis anos de idade (ou até quando o primeiro filho

completava os 15 anos). O casal encontrava-se no grupo etário dos 20 aos 30 anos de idade e a família era constituída por uma média de 5,6 pessoas. Durante este período familiar, a mulher não tinha grande disponibilidade para se dedicar às actividades da exploração, pois como afirmava Kada “porque, pelo menos, algumas crianças ainda estão na idade pré-escolar, encontrando-se a mulher muito ocupada com os trabalhos domésticos e a educação dos filhos” (1980: 162);

- 2<sup>a</sup> Fase - fase familiar escolar (school age family stage): desde o final da primeira fase até quando o filho mais velho completava os 15 anos (e o filho mais novo tinha seis anos ou mais). A idade média do chefe da exploração era de 43,2 anos e a família aumentava para 5,8 pessoas por agregado. Todos os filhos se encontravam em idade escolar, permitindo à mulher maior dedicação às tarefas agrícolas. Os filhos mais velhos começavam a ajudar nos trabalhos agrícolas e domésticos. Como observava Novais, que adaptou a perspectiva de Kada à realidade portuguesa, “os filhos mais novos já prestam algumas ajudas - cortar erva, alimentar o gado, levar o leite ao posto” (1993: 88). É um período de grande dispêndio financeiro, em termos de alimentação e educação dos filhos;
- 3<sup>a</sup> Fase - fase familiar da adolescência dos filhos (family of teen-age children): desde o final da segunda fase até quando o filho mais novo completava os 15 anos. O titular da exploração tinha uma idade média de 48,3 anos e o número médio de pessoas que constituíam o agregado doméstico era de 7,4. Verificava-se um aumento considerável neste número de pessoas, pois era a fase em que frequentemente a família passava de nuclear a alargada, devido ao casamento de um dos filhos que permanecia na casa paterna e, como referia Kada, “nesta etapa, pode emergir uma estrutura multigeracional” (1980: 163);
- 4<sup>a</sup> Fase - fase familiar de início dos filhos na vida activa (child-launching family stage): desde quando o filho mais novo completava os 15 anos de idade até se casar, completar os 25 anos ou deixar de residir com a família. O chefe de exploração tinha uma idade média de 55,0 anos, para uma unidade nuclear - single-generation-operator (SGO) - e a casa tinha, como média, 6,8 pessoas. Todos os filhos eram adultos e caso nenhum deles se ocupasse da exploração, esta tinha tendência a reduzir a sua dimensão;
- 5<sup>a</sup> Fase - fase familiar sem filhos (post-child family stage): depois

de todos os filhos terem deixado a casa até à aposentação dos pais ou morte de um deles. O chefe do agregado tinha uma idade média de 56,8 anos, mas no caso da família se tornar multigeracional, ou seja, um dos filhos ter permanecido na exploração - o sucessor - a idade média do pai atingia os 61,7 anos. Como observava Kada, “com apenas o casal idoso na exploração, a actividade agrícola reduz-se gradualmente, eventualmente, até à reforma, desde que os descendentes não assumam a gestão da exploração” (1980: 163).

A. Novais (1993) fez uma aplicação desta operacionalização do conceito de ciclo de vida elaborado por Kada, num trabalho no Norte de Portugal, procedendo a uma análise da história das famílias e das explorações agrícolas dos operários dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

A autora, no seccionamento das fases do ciclo de vida, estabeleceu os pontos críticos que definiram a demarcação das diferentes fases e, como referiu, teve em atenção "a composição da família em termos da idade dos filhos, na medida em que esta influencia consideravelmente não só a natureza das actividades e o grau de ocupação do chefe de exploração e de sua mulher, mas também o padrão de ocupação e a situação económica do conjunto da família" (1993: 87). As fases do ciclo de vida estabelecidas por Novais, assemelham-se às delineadas por Kada, verificando-se apenas uma ligeira alteração nas idades de referência dos filhos.

Assim a autora estabeleceu, para o seu estudo empírico, as seguintes fases:

- "1ª fase (fase pré-escolar): do casamento até quando o filho mais novo atinge os seis anos de idade ou até quando o primeiro filho atinge os 14 anos (...);
- 2ª fase (fase escolar): do fim da 1ª fase até o filho mais velho atingir os 14 anos (...);
- 3ª fase (fase dos filhos adolescentes): do fim da 2ª fase até o filho mais novo atingir os 14 anos (...);
- 4ª fase (fase núbil): do fim da 3ª fase até o filho mais novo casar, atingir os 25 anos ou sair de casa (...);
- 5ª fase (fase da transferência): do fim da 4ª fase até um dos filhos que ficou em casa a substituir o pai na direcção da exploração" (1993: 87-88).

Outra aplicação do conceito de ciclo de vida elaborado por Kada, pode verificar-se num estudo feito em Espanha, por Arnalte, Estruch e Zamora (1997), em quatro comarcas Valencianas, onde

evidenciava o condicionamento das relações família/exploração, dependendo este condicionamento da estratégia familiar. Como observaram os autores, essa estratégia dependia da fase do ciclo de vida em que se encontrava a família, assim como das alternativas de emprego no exterior da exploração.

Os autores estabeleceram as fases do ciclo de vida que passamos a enumerar:

- 1ª Fase - famílias jovens sem filhos ou com filhos pequenos (com menos de cinco anos de idade);
- 2ª Fase - famílias com filhos em idade escolar (entre os cinco e os 14 anos de idade);
- 3ª Fase - famílias com filhos jovens (o filho mais velho de idade compreendida entre os 15 e os 21 anos);
- 4ª Fase - famílias com filhos adultos (o filho mais velho com mais de 21 anos) que habitam na casa paterna;
- 5ª Fase - famílias idosas (o pai com mais de 55 anos e sem filhos em casa).

Em suma, e em face do exposto, o presente estudo, dado os seus objectivos e respectivas dimensões espacial e temporal, centra-se em torno do conceito de ciclo de vida da família, não só no âmbito da sociologia da família, como também no âmbito da sociologia rural.

No que respeita à sociologia da família, o trabalho enquadra-se na segunda perspectiva de análise, comentada neste estudo, particularmente, o que foi designado por perspectiva diacrónica, de dimensão dinâmica. Mais concretamente, na análise sobre as relações familiares entre os elementos do agregado doméstico e a sua organização familiar adoptar-se-á uma visão processual e dinâmica dos diversos eventos que ocorreram ao longo do percurso da vida familiar. Foram assinalados autores que basearam os seus trabalhos nesta perspectiva dinâmica do conceito de ciclo de vida da família, sendo os mais relevantes M. Segalen (1999) e C. Saraceno (1997).

Em relação à sociologia rural, este trabalho também se integra na segunda perspectiva de análise, dentro desta temática, dado dizer respeito a uma agricultura integrada numa sociedade de modo de produção capitalista, que se caracteriza por uma intensa articulação dos elementos do colectivo familiar com os mercados de factores, de produtos e de trabalho. Também dentro desta perspectiva de análise referenciamos autores cujos estudos empíricos ilustraram esta integração nos mercados, nomeadamente R. Gasson et al. (1988) e R. Kada (1980) e ainda assinalamos estudos de aplicabilidade desta operacionalização do conceito de ciclo de vida da família, elaborada por Kada.



## Referências bibliográficas

---

- ANDERSON, Michael (1984), *Elementos para a História da Família Ocidental 1500-1914*, Lisboa, Editorial Quercus.
- ARNALTE, Eladio A. (1980), “Agricultura a tiempo parcial y transformaciones del campesinado”, in *Agricultura y Sociedade*, nº 17, pp. 203-223.
- ARNALTE, Eladio A. (1986), “Viabilidad de una política ‘clasica’ de estructuras en la agricultura Española”, in *Economistas*, nº 69 (Extra “España 1995. Un Balance”).
- ARNALTE, Eladio A. ; Estruch, V. e Zamora, C. (1997) “Relaciones familia-explotación en las agriculturas modernizadas. Algunas contrastaciones empíricas en la comunidad Valenciana, in Zaldívar, V.; Pascual, F. e González, J. (Coords.), *La Agricultura Familiar en España. Estrategias Adaptativas Y Políticas Agropecuarias*, Lleida, Ediciones Universitat de Lleida, pp. 217-244.
- BAPTISTA, Alberto M. (1991), *Modernisation des Exploitations: Quel Modele Technologique? Le Cas de la Production de Lait dans une Zone de Petites et Moyennes Exploitations Agricoles*, Montpellier, Institut Agronomique Méditerranéenne.

- BAPTISTA, Alberto M. (1999), *Política Agrícola, Propostas Técnicas e Desenvolvimento Agrário e Rural em Trás-os-Montes. Dos Anos Trinta aos Anos Noventa*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1981), “Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos trinta-1974)” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7-8, pp. 59-80.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993), *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*, Coimbra, Fora de Texto.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1995), “Famílias e explorações agrícolas – notas sobre a agricultura familiar na europa do sul”, in *Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, pp. 839-853.
- BARROS, Afonso (1981), “Modalidades de pequena agricultura”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7-8, pp. 111-134.
- BARROS, Henrique (1975), *Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- BARROS, Vítor C. (1992), *Minifúndio e Modernização Agrícola – O Caso de Vagos (Beira Litoral)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Agrária, Departamento de Estudos de Economia e Sociologia Agrárias, Gráfica Matos Marques.
- BARTHEZ, Alice (1982), *Famille, Travail et Agriculture*, Paris, Ed. Economica.
- BARTHEZ, Alice (1987), “Famille, activité et pluriactivité dans l’agriculture. Contribution methodologique”, comunicação apresentada ao Colóquio *Changement Rural en Europe*, Montpellier.
- BERNSTEIN, Henry (1981), “Concepts for the analysis of contemporary peasantries”, in Rosemary E. Galli Editor, *The Political Economy of Rural Development: Peasants, International Capital, and the State*, Albany, State University of New York Press, pp. 3-24.
- BLANC, Michel (1987 a), “Regression de L’Eexploitation Familiale et Mobilité du Brevet”, comunucação apresentada ao colóquio *Les agriculteurs et la politique depuis 1970*, Paris, 14 p.
- BLANC, Michel (1987 b), «Family and employment in agriculture: recent changes», in *Journal of Agricultural Economics*, vol. XXXVIII, nº 2, pp. 289-301.
- BRANDÃO, Maria de Fátima (1994), *Terra, Herança e Família no*

*Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Edições Afrontamento.

- BRUN, André (1989), “La famille comme unité d’analyse du secteur agricole», in *Économie Rurale*, nº 194, pp. 3-8.
- CABRAL, João Pina (1984 a), «As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho», in *Análise Social*, Vol. XX (80) 1º, pp. 97-112.
- CABRAL, João Pina (1984 b), “Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural”, in *Análise Social*, Vol. XX (81-82) 2º-3º, pp. 263-284.
- CAMPAGNE, Pierre (1982), “État et paysans: la contradiction entre deux systèmes de reproduction”, in *Économie Rurale*, nº 147-148, pp. 37-44.
- CAVACO, Carmina (1985), *Agricultura a Tempo Parcial. Contribuição para o seu Estudo na Região de Lisboa*, Oeiras, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária.
- CHAYANOV, Alexander V. (1974), *La Organización de la Unidad Económica Campesina*, Buenos Aires, (1ª edição, 1925).
- CROUCH, Luis A. e Janvry, A. (1979), “El debate sobre el campesinado: teoría y significancia política”, in *Estudios Rurales Latinoamericanos*, vol. 2, nº 3, pp. 282-295.
- CUISENIER, Jean (1977), *Le Cycle de la Vie Familiale dans les Sociétés Européennes*, Paris, Mouton.
- CUNHA, Rui (1998), “Políticas para a conciliação trabalho-família”, in Maria das Dores Guerreiro (coord.), *Trabalho, Família e Gerações: Conciliação e Solidariedades*, Lisboa, Celta Editora, pp. 23-26.
- DELORD, Bernard e Lacombe, Philippe (1984), *La Multiactivité des Agriculteurs, Conjoncture ou Structure*, La Pluriactivité dans les Familles Agricoles, Paris, Ed. Association des Ruralistes Français.
- DEVILLARD, Maria Jose (1989), “Parentesco y estrategias de reproducción social”, in *Agricultura y Sociedad*, nº 52, pp. 143-206.
- ELDER, Glen (1978 a), “Approaches to social change and the family”, in *Turning Points: Historical and Sociological Essays on the Family*, por Demos, J. e Boocok, S. , Chicago, Chicago University Press, pp. 1-38.

- ELDER, Glen (1978 b), "Family history and the life course", in *Transitions. The Family and the Life Course in Historical Perspective*, por Hareven, T., New York, Academic Press.
- ELDER, Glen H. Jr. (1991), "Family transitions, cycles, and social change", in *Philip A. Cowan and Mavis Hetherington (Edit. by), Family Transitions*, Hillsdale, New Jersey, Hove and London, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, pp. 31-57.
- ETXEZARRETA, Miren (1985), *La Agricultura Insuficiente*, Madrid, Ministerio de Agricultura.
- ETXEZARRETA, Miren (1994), "Trabajo y agricultura: los cambios del sistema de trabajo en una agricultura en transformación", in *Agricultura y Sociedad*, nº 72, pp. 121-166.
- ETXEZARRETA, Miren *et al.* (1995), *La Agricultura Familiar, ante las Nuevas Políticas Agrarias Comunitarias*, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1995), *Famílias - Parentesco, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FONTES, António L. (1982), "Cultura popular da zona do Barroso", in *Brigantia*, vol. II, nº 4, pp. 417-426.
- FORTES, Meyer (1958), "Introduction", in Goody, J. (ed.), *The Developmental Cycle in Domestic Groups*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FRIDMANN, Harriet, (1980), "Household production and the national economy: concepts for the analysis of agrarian formations", in *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 7, nº 2, pp. 158-184.
- GALESKI, Boguslaw (1977), *Sociologia del Campesinado*, Barcelona, Ediciones Península.
- GASSON, Ruth *et al.* (1988), "The farm as a family business: a review", in *Journal of Agricultural Economics*, Vol. 39, nº 1, pp. 1-42
- GOODY, Jack (1972), "The evolution of the family", in Wall, R.; Laslett, P. (eds), *Household and Family in Past Time*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 103-124.
- GOODY, Jack (1976), *Production and Reproduction. A Comparative Study of the Domestic Domain*, Cambridge, Cambridge Studies in Social Anthropology, Cambridge University Press.
- GUERREIRO, Maria das Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- GUILLEMARD, Anne-Marie (1995), "Emploi, protection so-

- ciale et cycle de vie. Résultats d'une comparaison internationale des dispositifs de sortie anticipée d'activité", in Anne-Marie Guillemard, Jacques Légaré e Pierre Ansart (Tex. Réunis par), *Entre Travail, Retraite et Vieillesse. Le Grand Écart*, Paris, Éditions L'Harmattan, pp.43-71.
- HAREVEN, Tamara (1977), "The family life cycle in historical perspective", in Cuisenier, Jean e Segalen, Martine (sob direcção), *Le Cycle de la Vie Familiale dans les Sociétés Européennes*, Paris, Haia, Mouton, 345 p.
- HEATH, John R. (1987), "Reproduccion y diferenciacion de la economia campesina: esbozo de un nuevo enfoque y aplicacion a tres casos latinoamericanos", in *Estudios Rurales Latinoamericanos*, vol. 10, nº 1, pp.5-36.
- HERNÁNDEZ, Roberto (1994), "Teorías sobre campesinado en América Latina: una evaluación crítica", in *Revista Chilena de Antropología*, nº 12, 16 p.
- HESPANHA, Pedro (1994), *Com os Pés na Terra. Práticas Fundiárias da População Rural Portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento.
- HILL, R. e Mattessich, P. (1987), "The life cycle and family development", in *Sussman e Steinmetz 1987*, pp. 437-470.
- ITURRA, Raúl (1983), "Estratégias na organização doméstica da produção na Galiza rural", in *Ler História*, nº 1, 1983, pp. 81-109.
- ITURRA, Raúl (1985), "Casamento, ritual e lucro: a produção dos produtores numa aldeia portuguesa (1862-1983)", in *Ler História*, nº 5, pp. 59-81.
- KADA, Ryohei (1980), *Part-Time Family Farming*, Tokyo, Japan, Center For Academic Publications.
- KELLERHALS, Jean; Troutot, Pierre-Yves; Lazega, Emmanuel (1984), *Microsociologie de la Famille*, Paris, Presses Universitaires de France, Que Sais-Je?.
- KERCKHOFF, A. C. (1980), "Pautas de homogamia en la elección de cónyuge", in Anderson, Michel, (selec.), *Sociología de la familia*, México, Fondo de Cultura Económica, pp. 157-172.
- KESSLER, Denis (1985), "Peut-on déterminer les conséquences économiques et sociales du vieillissement?", in Kessler, Denis et Masson, André (éds), *Cycles de Vie et Générations*, Paris, Economica, pp. 229-243.
- KOHLI, Martin (1988), "Le cours de vie comme institution sociale",

in Godard, F.; Coninck, F. e Passeron, J. (direct), *Biographie Et Cycle De Vie, Marseille-Vieille Charite*, Association Internationale de Sociologie, pp. 37-43.

- KRITZINGER, Andrietta e Vorster, Jan (1997), “The conceptualization of farm family business: deciduous fruit farming in South Africa”, in *Sociologia Ruralis*, Vol XXXVII, nº 1, pp. 114-133.
- LACOMBE, Philippe (1990), “Agriculture, familles, exploitations”, in Coulomb, P. et al., *Les agricultures et la Politique*, Paris, Press de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, pp. 310-327.
- LASLETT, Peter (1972), “Introduction: the history of the family”, in Wall, R.; Laslett, P. (eds), *Household and Family in Past Time*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-89.
- LEBRUN, François (1983), *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim.
- LLAMBÍ, Luis (1980), “Las unidades de producción campesina en un intento de teorización”, in *Estudios Rurales Latinoamericanos*, vol. 4, nº 2, pp. 125-153.
- LOURENÇO, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria – Mudança Social na Região de Leiria*, Lisboa, Editorial Fragmentos.
- MACFARLANE, Alan (1980), *Família, Propriedade e Transição Social*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MAULEÓN, José R. (1989), “Los cambios de la explotación familiar según el tipo de familia: explotaciones de leche en el País Vasco”, in *Agricultura y Sociedad*, nº 52, pp. 95-117.
- MENDRAS, Henri (1978), *Sociedades Camponesas*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MENDRAS, Henri (1991), *La Fin des Paysans*, Arles, Babel.
- MICHEL, Andrée (1978), *Sociologie de la Famille et du Mariage*, Vendôme, Presses Universitaires de France, Puf Le Sociologue.
- MINTZ, Sidney W. (1973), «A note on the definition of peasantries», in *The Journal of Peasant Studies*, vol I, nº 1, pp. 91-106.
- MOREIRA, Manuel Belo (2001), *Globalização e Agricultura. Zonas Rurais Desfavorecidas*, Oeiras, Celta Editora.
- NALSON, J. (1968), *Mobility of Farm Families: A Study of Occupational and Residential Mobility in an Upland Area of England*, Manchester, Manchester University Press.

- NOVAIS, Ana M. (1993), *Os Operários dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a Agricultura*, Viana do Castelo, Centro Cultural do Alto Minho – Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.
- PLOEG, Jan D. van der (1987), “Tendencias de desarrollo en la agricultura avanzada. Los efectos regionales de la mercantilización y tecnificación del proceso productivo”, in *Agricultura y Sociedad*, nº 43, pp. 47-70.
- PLOEG, Jan D. van der (1992), “El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización”, in E. Sevilla Guzmán e M. Gonzalez de Molina, *Ecología, Campesinado e Historia*, Madrid, nº 22, Las Ediciones de La Piqueta.
- PUGLIESE, Enrico (1985), “Stratificazione sociale e part-time”, in *La Questione Agraria*, nº 18, pp.27-45.
- REIS, José (1981), “A economia agrária e a pequena agricultura”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7-8, pp. 149-170.
- REIS, José et al. (1990), “How ‘rural’ is agricultural pluriactivity ?”, in *Journal of Rural Studies*, vol. 6, nº 4, pp. 395-399.
- RIBEIRO, Manuela (1997), *Estratégias de Reprodução Socioeconómica das Unidades Familiares Camponesas, em Regiões de Montanha* (Barroso, 1940-1990), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- RODRIGO, Isabel (1986), “Feminização da agricultura”, in *Análise Social*, Vol. XXII, nº 92/93, pp. 643-652.
- RODRIGO, Isabel (1992), *Da Terra à Profissão: Decisão, Identidade Social e Agriculturas Familiares*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.
- SARACENO, Chiara (1997), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa.
- SARTI, Raffaella (2001), *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Editorial Estampa, Temas de Sociologia.
- SEGALEN, Martine (1999), *Sociologia da Família*, Lisboa, Terra-mar.
- SERVOLIN, Claude (1972), “L’absorption de l’agriculture dans le mode de production capitaliste”, in Y. Tavernier et al. (org.), *L’Univers Politique des Paysans, dans la France Contemporaine*, Paris, Ed. A. Collin, pp. 41-77.

- SHANIN, Teodor (1976), *Naturaleza y Lógica de la Economía Campesina*, Barcelona, Editorial Anagrama.
- SILVA, Manuel C. (1997), “Casa y poder doméstico en dos pueblos del noroeste de Portugal”, in *Agricultura y Sociedad*, nº 84, pp. 11-48.
- SILVA, Manuel C. (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e Estratégias Camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- SOBRAL, José M. (1999), *Trajectos - o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa, Coleção Análise Social, Imprensa de Ciências Sociais.
- TEPICHT, Jerzy (1973), *Marxism et Agriculture: Le Paysan Polonais*, Paris, Ed. Armand Colin.
- THORNER, Daniel (1962), «Peasant economy as a category in economic history”, in T. Shanin (org.), *Peasant and Peasant Society*, Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books, pp. 202-218.
- TOLEDO, Victor M. (1992), “La racionalidad ecológica de la producción campesina”, in Guzmán, E. Sevilla e Molina, M. Gonzalez de, *Ecología, Campesinado e Historia*, Madrid.
- TOURIÑO, Emilio P. (1983), *Agricultura y Capitalismo: Análisis de la Pequeña Producción Campesina*, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
- WALL, Karin (1994), *La Fabrication de la Vie Familiale - Changement Social et Dynamique Familiale Chez les Paysans du Bas-Minho*, Genève: Faculté des Sciences Économiques et Sociales, Université de Genève, Tese de doutoramento.
- WALL, Karin (1998), *Famílias no Campo - Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- WHITE, Benjamin (1980), “Rural household studies in anthropological perspective”, in H. P. Binswanger e outros (eds.), *Rural Household Studies in Asia*, Singapore, University Press, pp. 308-325.
- YRUELA, M. e Gúzman, E. Sevilla (1985), “Agricultura familiar y campesinado: discusión sobre su conceptualización en las sociedades desarrolladas”, in Zuñiga, M. R. e Gutiérrez, R. S. (eds.), *Lecturas sobre Agricultura Familiar*, Instituto de Estudios Agrarios, Pesqueros Y Alimentarios, Madrid, pp. 79-104.

## Notas

---

- 1 De notar, que esta categoria embora tenha sido teoricamente definida, não foi considerada no estudo empírico do autor.
- 2 Constituídas por apenas um dos progenitores, com um ou mais filhos.
- 3 Cabral (1984) refere, que neste grupo doméstico, para cada uma das freguesias se incluíram dois fogos formados por um casal cujo casamento não era religioso.
- 4 Trata-se de um agregado doméstico em que o filho depois de casado, e eventualmente com filhos, permanece em casa do pai, continuando este como chefe do agregado, ou apenas, um casal mais velho e um casal mais novo a coabitarem.
- 5 Ver a este propósito, Kessler (1985: 236).
- 6 Segalen referiu que “as falhas do conceito de ciclo de vida familiar revelaram-se graves, na medida em que as suas etapas eram decalcadas sobre as das famílias norte-americanas contemporâneas e se referiam mais às etapas de parentesco – nascimento dos filhos, viuvez e dissolução familiar – do que às transições introduzidas pela saída dos adultos jovens, pelo casamento, etc.” (1999: 46).
- 7 O modelo referido por Saraceno é o modelo do ciclo de vida que tem vindo a ser analisado e que pretende apreender o desenvolvimento da família no tempo, em que os limites temporais tidos em conta são, num extremo, a cerimónia do casamento e, no extremo oposto, a morte de pelo menos um elemento do casal. O seu faseamento tem a ver com as alterações ordenadas e previstas ao longo do percurso de vida conjugal, normalmente factos ligados ao nascimento e crescimento dos filhos.
- 8 M. Guerreiro notou que as relações construídas na esfera da família e o seu envolvimento na actividade empresarial, traduzem-se por “sentimentos de confiança

- e de lealdade, interesses e projectos de vida partilhados, estatutos de autoridade associados ao parentesco” (1996: 29).
- 9 Estes conceitos são distintos para muitos autores, tal como se diferencia a família do grupo doméstico. Assim, a família engloba elementos que têm entre si relações de parentesco, enquanto que o grupo doméstico reúne a unidade que partilha de habitação e de funções (não sendo obrigatório a existência de laços parentais). Para informação mais detalhada, consultar Sarti (2001: 64 ss).
  - 10 Guillemard também estudou o conceito de ciclo de vida, encarado segundo o critério das idades, baseando-se num modelo de ciclo de vida ternário, que dispõe os trajectos das idades da família em três períodos sucessivos com funções diferentes e que no dizer da autora “a juventude forma-se, a idade adulta trabalha e a velhice tem direito ao repouso” (1995: 45).
  - 11 Como referiu o autor “os casos apresentados, embora correspondam, nas três aldeias, ao comportamento modal dos grupos domésticos, não pretendem assumir um estatuto de representatividade” (Lourenço, 1991: 187).
  - 12 A este propósito, Heath comentava “perante a ausência do mercado não se pode conceber a economia camponesa” (1987: 6).
  - 13 Curva da oferta invertida - “é constrangedor, que para um dado preço de mercado, se deva produzir e vender a maior quantidade de produto possível. Para um preço baixo, deverá vender-se produto que complete a soma de dinheiro necessária. Aliás, há uma curva de oferta ‘atípica’, invertida” (Servolin, 1972: 55). A oferta é “atípica” – para a obtenção de um determinado quantitativo monetário, perante abaixamentos de preços corresponde um aumento dos produtos a levar ao mercado (Reis, 1981: 161).
  - 14 Também Barros refere que “a agricultura perde a natureza de actividade autónoma para se interligar com outras em posição crescentemente complementar, acessória, subordinada” (1981: 129).
  - 15 De acordo com Mendras, num estudo “o trabalho é determinado pelos costumes em função do sexo e da idade, e não pela organização da produção em função das competências dos trabalhadores” (Mendras, 1991: 118). Num trabalho realizado em Portugal, no concelho de Vila Nova de Famalicão, Wall constatou que “no trabalho, (...) a apropriação é mais comunitária (toda a gente trabalha para a casa) e as repartições seguem o princípio do esforço: todos participam no trabalho consoante as suas capacidades, e as linhas de demarcação da identidade social (estatuto, sexo e idade) ponderam e especificam o contributo de cada um” (1998: 147).
  - 16 Menos de 1% dos agricultores tinham como sucessor um elemento exterior à família.  
Um estudo recente efectuado por Kritzingger e Vorster (1997) em explorações de fruteiras na África do Sul ilustra, por sua vez, o facto de 87% dos agricultores descenderem de outros agricultores.
  - 17 Iniciado com o processo das negociações do “Uruguay Round”, datado de 1991, em debate no seio da Organização Mundial de Comércio (OMC), onde foi retirado o carácter de excepção à agricultura.
  - 18 As mulheres têm normalmente menos alternativas de trabalho no exterior, relativamente aos homens, não só por possuírem, frequentemente, um grau de instrução inferior ao daqueles, como também à falta de apoios sociais, como: lares para idosos, creches, transportes públicos e refeitórios. E como refere Rodrigo “estes aspectos não devem ser ignorados, já que, ao dificultarem a mobilidade das mulheres, especialmente nos primeiros estágios do ciclo de vida da família,

as impedem de procurar, ou mesmo de aproveitar, eventuais hipóteses de trabalho alternativo ao trabalho agrícola, hipóteses que tendem a ser mais difíceis de encontrar depois, quando a mulher já tem uma idade mais avançada” (1986: 652).

- 19 Entenda-se, diversas actividades praticadas na exploração agrícola.
- 20 Com uma idade média de 75 anos, segundo Baptista (1999).
- 21 Kohli assinala esta fase do ciclo de vida, afirmando que “a velhice se tornou numa fase normal do percurso de vida: uma fase em que a maior parte das pessoas são experientes e que pode ser antecipada – começando numa idade bem definida, e que demarcando-se do regime de trabalho assume uma forma de vida diferente. Os sistemas públicos de segurança tentaram cobrir os riscos criados pela evolução do trabalho ‘independente’ (assalariado) e têm assim contribuído para a criação de um percurso de vida marcado pela continuidade e pela segurança” (1988: 39).
- 22 O autor estabeleceu estas idades, tendo em atenção a identidade de ambos os países, Estados Unidos e Japão (Kada, 1980: 161-162).



## Títulos publicados:

- 1 · **A agricultura nos distritos de Bragança e Vila Real**  
Francisco José Terroso Cepeda – 1985
- 2 · **Política económica francesa**  
Francisco José Terroso Cepeda – 1985
- 3 · **A educação e o ensino no 1º quartel do século XX**  
José Rodrigues Monteiro e Maria Helena Lopes Fernandes – 1985
- 4 · **Trás-os-Montes nos finais do século XVIII: alguns aspectos económico-sociais**  
José Manuel Amado Mendes – 1985
- 5 · **O pensamento económico de Lord Keynes**  
Francisco José Terroso Cepeda – 1986
- 6 · **O conceito de educação na obra do Abade de Baçal**  
José Rodrigues Monteiro – 1986
- 7 · **Temas diversos – economia e desenvolvimento regional**  
Joaquim Lima Pereira – 1987
- 8 · **Estudo de melhoramento do prado de aveia**  
Tjarda de Koe – 1988
- 9 · **Flora e vegetação da bacia superior do rio Sabor no Parque Natural de Montesinho**  
Tjarda de Koe – 1988
- 10 · **Estudo do apuramento e enriquecimento de um pré-concentrado de estanho tungsténio**  
Arnaldo Manuel da Silva Lopes dos Santos – 1988
- 11 · **Sondas de neutrões e de raios Gama**  
Tomás d'Aquino Freitas Rosa de Figueiredo – 1988
- 12 · **A descontinuidade entre a escrita e a oralidade na aprendizagem**  
Raul Iturra – 1989
- 13 · **Absorção química em borbulhadores gás-líquido**  
João Alberto Sobrinho Teixeira – 1990

- 
- 14 · **Financiamento do ensino superior no Brasil – reflexões sobre fontes alternativas de recursos**  
Victor Meyer Jr. – 1991
  - 15 · **Liberalidade régia em Portugal nos finais da idade média**  
Vitor Fernando Silva Simões Alves – 1991
  - 16 · **Educação e loucura**  
José Manuel Rodrigues Alves – 1991
  - 17 · **Emigrantes regressados e desenvolvimento no Nordeste Interior Português**  
Francisco José Terroso Cepeda – 1991
  - 18 · **Dispersão em escoamento gás-líquido**  
João Alberto Sobrinho Teixeira – 1991
  - 19 · **O regime térmico de um luvissole na Quinta de Santa Apolónia**  
Tomás d'Aquino F. R. de Figueiredo - 1993
  - 20 · **Conferências em nutrição animal**  
Carlos Alberto Sequeira - 1993
  - 21 · **Bref aperçu de l'histoire de France – des origines à la fin du II<sup>e</sup> empire**  
João Sérgio de Pina Carvalho Sousa – 1994
  - 22 · **Preparação, realização e análise / avaliação do ensino em Educação Física no Primeiro Ciclo do Ensino Básico**  
João do Nascimento Quina – 1994
  - 23 · **A pragmática narrativa e o confronto de estéticas em *Contos de Eça de Queirós***  
Henriqueta Maria de Almeida Gonçalves – 1994
  - 24 · **“Jesus” de Miguel Torga: análise e proposta didáctica**  
Maria da Assunção Fernandes Morais Monteiro – 1994
  - 25 · **Caracterização e classificação etnológica dos ovinos churros portugueses**  
Alfredo Jorge Costa Teixeira – 1994
  - 26 · **Hidrogeologia de dois importantes aquíferos (Cova de Lua, Sabariz) do maciço polimetamórfico de Bragança**  
Luís Filipe Pires Fernandes – 1996

- 
- 27 · **Micorrização in vitro de plantas micropropagadas de castanheiro (*Castanea sativa* Mill)**  
Anabela Martins – 1997
- 28 · **Emigração portuguesa: um fenómeno estrutural**  
Francisco José Terroso Cepeda – 1995
- 29 · **Lameiros de Trás-os-Montes: perspectivas de futuro para estas pastagens de montanha**  
Jaime Maldonado Pires; Pedro Aguiar Pinto; Nuno Tavares Moreira – 1994
- 30 · **A satisfação / insatisfação docente**  
Francisco Cordeiro Alves – 1994
- 31 · **O subsistema pecuário de bovinicultura na área do Parque Natural de Montesinho**  
Jaime Maldonado Pires; Nuno Tavares Moreira – 1995
- 32 · **A terra e a mudança – reprodução social e património fundiário na Terra Fria Transmontana**  
Orlando Afonso Rodrigues – 1998
- 33 · **Desenvolvimento motor: indicadores bioculturais e somáticos do rendimento motor de crianças de 5/6 anos**  
Vítor Pires Lopes – 1998
- 34 · **Estudo da influência do conhecimento prévio de alunos portugueses na compreensão de um texto em língua inglesa**  
Francisco Mário da Rocha – 1998
- 35 · **La crise de Mai 68 en France**  
João Sérgio de Pina Carvalho Sousa – 1999
- 36 · **Linguagem, psicanálise e educação: uma perspectiva à luz da teoria lacaniana**  
José Manuel Rodrigues Alves
- 37 · **Contributos para um estudo das funções da tecnologia vídeo no ensino**  
Francisco Cordeiro Alves – 1998
- 38 · **Sistemas agrários e melhoramento dos bovinos de raça Mirandesa**  
Fernando Jorge Ruivo de Sousa – 1998

- 
- 39 · **Enclaves de clima Cfs no Alto Portugal – a difusa transição entre a Ibéria Húmida e a Ibéria Seca**  
Ário Lobo Azevedo; Dionísio Afonso Gonçalves; Rui Manuel Almeida Machado – 1995
- 40 · **Desenvolvimento agrário na Terra Fria – condicionantes e perspectivas**  
Duarte Rodrigues Pires – 1998
- 41 · **A construção do planalto transmontano – Baçal, uma aldeia do planalto**  
Luísa Génésio – 1999
- 42 · **Antologia epistolográfica de autores dos sécs. XIX-XX**  
Lurdes Cameirão – 1999
- 43 · **Teixeira de Pascoaes e o projecto cultural da “Renascença Portuguesa”**  
Lurdes Cameirão – 2000
- 44 · **Descargas atmosféricas – sistemas de protecção**  
Joaquim Tavares da Silva
- 45 · **Redes de terra – princípios de concepção e de realização**  
Joaquim Tavares da Silva
- 46 · **O sistema tradicional de exploração de ovinos em Bragança**  
Carlos Barbosa – 2000
- 47 · **Eficiência de utilização do azoto pelas plantas**  
Manuel Ângelo Rodrigues, João Filipe Coutinho – 2000
- 48 · **Elementos de física e mecânica aplicada**  
João Alberto Sobrinho Teixeira
- 49 · **A Escola Preparatória Portuguesa – Uma abordagem organizacional**  
Henrique da Costa Ferreira – 2002
- 50 · **Agro-ecological characterization of N. E. Portugal with special reference to potato cropping**  
T. C. Ferreira, M. K. V. Carr, D. A. Gonçalves – 1996
- 51 · **A participação dos professores na direcção da Escola Secundária, entre 1926 e 1986**  
Henrique da Costa Ferreira – 2002

- 
- 52 · A evolução da Escola Preparatória – o conceito e componentes curriculares**  
Henrique da Costa Ferreira – 2003
- 53 · O Homem e a biodiversidade (ontem, hoje... amanhã)**  
António Réffega – 1997
- 54 · Conservação, uso sustentável do solo e agricultura tropical**  
António Réffega – 1997
- 55 · A teoria piagetiana da equilibração e as suas consequências educacionais**  
Henrique da Costa Ferreira – 2003
- 56 · Resíduos com interesse agrícola - Evolução de parâmetros de compostagem**  
Luís Manuel da Cunha Santos – 2001
- 57 · A dimensão preocupacional dos professores**  
Francisco dos Anjos Cordeiro Alves – 2001
- 58 · Análise não-linear do comportamento termo-mecânico de componentes em aço sujeitas ao fogo**  
Elza M. M. Fonseca e Paulo M. M. Vila Real – 2001
- 59 · Futebol - Referências sobre a orientação do jogo**  
João do Nascimento Quina – 2001
- 60 · Processos de cozedura em cerâmica**  
Maria Helena Pires César Canotilho – 2003
- 61 · Labirintos da escrita, labirintos da natureza em "As Terras do Risco" de Agustina Bessa-Luís**  
Helena Génésio – 2002
- 62 · A construção da escola inclusiva - um estudo sobre a escola em Bragança**  
Maria da Conceição Duque Fernandes Ferreira – 2003
- 63 · Atlas das aves nidificantes da Serra da Nogueira**  
Domingos Patacho
- 64 · Dialecto rionorês: contributo para o seu estudo**  
Dina Macias – 2003
- 65 · A aquisição e o desenvolvimento do vocabulário na criança de 4 anos - Estudo de um caso**  
Dina Macias – 2002

- 
- 66 · **Barbela, um trigo escravo - a cultura tradicional de trigo na terra fria bragançana**  
Ana Maria Carvalho
- 67 · **A língua inglesa, uma referência na sociedade da globalização**  
Eliane Cristine Raab Pires – 2002
- 68 · **Etnobotânica das aldeias da Moimenta da Raia e Rio de Onor**  
Ana Maria Carvalho; Ana Paula Rodrigues
- 69 · **Caracterização Biofísica da técnica de Mariposa**  
Tiago Barbosa – 2004
- 70 · **As inter-relações turismo, meio-ambiente e cultura**  
Eliane Cristine Raab Pires – 2004
- 71 · **Avaliação do impacto dos cursos de jovens empresários agrícolas em Trás-os-Montes**  
Maria da Graça Ferreira Bento Madureira – 2004
- 72 · **Do pai ao pior – 4 conferências**  
Acílio da Silva Estaqueiro Rocha; José Manuel Rodrigues Alves;  
José Martinho; J. Gaglianone
- 73 · **Alguns deícticos de lugar: Análise pragmática**  
Dina Rodrigues Macias – 2004
- 74 · **Fórum de psicanálise, sonho e criatividade – 100 anos sobre a ciência dos sonhos de Freud**  
Vários autores organizados por José Manuel Rodrigues Alves
- 75 · **Perspectiva pictórica**  
Luís Manuel Leitão Canotilho – 2005
- 76 · **Ética e psicanálise em Lacan: o desejo, o bem e a condição humana**  
José Manuel Rodrigues Alves
- 77 · **Oscar Wilde: a tragicidade da vida de um escritor**  
Eliane Cristine Raab Pires – 2005
- 78 · **Diário MS9: Dilemas de uma professora principiante**  
Francisco Cordeiro Alves – 2005

- 
- 79 · **O estudo do meio social como processo educativo de desenvolvimento local**  
Maria do Nascimento Esteves Mateus – 2008
- 80 · **A voz dos professores na primeira pessoa**  
Francisco Cordeiro Alves – 2006
- 81 · **Língua e Cultura**  
Eliane Cristine Raab Pires – 2006
- 82 · **Ciclo de Conferências 2003: Estudos e Literatura**  
Escola Superior de Educação - Departamento de Português – 2006
- 83 · **Pedregosidade dos solos em Trás-os-Montes: importância relativa e distribuição espacial**  
Tomás d'Aquino Freitas Rosa de Figueiredo
- 84 · **Uma panorâmica sobre os recursos pedológicos do Nordeste Transmontano**  
Tomás d'Aquino Freitas Rosa de Figueiredo
- 85 · **Erosão hídrica dos solos em Trás-os-Montes: avaliação e avaliações**  
Tomás d'Aquino Freitas Rosa de Figueiredo
- 86 · **Beginning teachers and diversity in school: A European Study**  
Hugh Gash (editor) – 2006
- 87 · **Formação profissional e a promoção do desenvolvimento local e regional. Uma problematização**  
Maria Patrocínia Correia Ferreira – 2006
- 88 · **Reflexões sobre empresas virtuais**  
Luís Carlos Magalhães Pires – 2007
- 89 · **O intertexto camoniano na poesia de Manuel Alegre**  
Dina Rodrigues Macias – 2008
- 90 · **Ciclos de vida das famílias agrícolas**  
Maria da Graça Ferreira Bento Madureira – 2008



## A publicar brevemente:

**A organização do processo de ensino em educação física**

João do Nascimento Quina

**A iconografia nos manuais escolares do Estado Novo**

Cristina Maria Mesquita Gomes Pires;

Elza da Conceição Mesquita; Maria do Céu Ribeiro

**Da toxicodependência à depressão:  
consumos, significações e prevalências**

António Ribeiro Alves; Leonel Preto; Augusta Mata;

Inês Corredeira, Mário Escudeiro

**Do quadrado ao Ponto da Bauhütte**

Luís Manuel Leitão Canotilho